



# Boletim do Exército

Ministério do Exército  
Secretaria-Geral do Exército

**50/ 98**

Brasília, DF, 11 de dezembro de 1998



## ÍNDICE

### BE Nº 50

Brasília, DF, 11 de dezembro de 1998

### 1ª PARTE

#### LEIS E DECRETOS

##### LEI Nº 9.714, DE 25 DE NOVEMBRO DE 1998

Altera dispositivos do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal

7

##### LEI Nº 9.715, DE 25 DE NOVEMBRO DE 1998

Dispõe sobre as contribuições para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PIS/PASEP, e dá outras providências

7

##### MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.675-44, DE 25 DE NOVEMBRO DE 1998

Dispõe sobre medidas complementares ao Plano Real e dá outras providências

7

##### MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.684-48, DE 25 DE NOVEMBRO DE 1998

Dispõe sobre o pagamento dos militares e dos servidores públicos do Poder Executivo Federal, inclusive suas autarquias e fundações, bem como dos empregados das empresas públicas e das sociedades de economia mista e de suas subsidiárias, e dá outras providências

7

##### DECRETO Nº 2.857, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1998

Cria a Embaixada do Brasil em Skopje, República da Macedônia, cumulativa com a Embaixada do Brasil em Sófia

7

### 2ª PARTE

#### ATOS ADMINISTRATIVOS

#### MINISTRO DO EXÉRCITO

##### PORTARIA Nº 747, DE 2 DE DEZEMBRO DE 1998.

Aprova o regulamento do Departamento de Engenharia e Construção (R-155).

8

##### PORTARIA Nº 763, DE 4 DE DEZEMBRO DE 1998.

Dispõe sobre a contratação de Auxiliares Locais.

.....  
15

**PORTARIA Nº 767, DE 4 DE DEZEMBRO DE 1998**

Dispõe sobre a regulamentação do Sistema Nacional de Armas (SINARM) e dá outras providências

.....  
18

**PORTARIA Nº 768, DE 4 DE DEZEMBRO DE 1998**

Delega competência para assinatura de Convênio e Termos Aditivos.

.....  
21

**PORTARIA Nº 771, DE 4 DE DEZEMBRO DE 1998.**

Autoriza a prorrogação, em caráter excepcional, do tempo de serviço dos Oficiais Temporários convocados conforme o art. 31 do Regulamento para o Corpo de Oficiais da Reserva do Exército (R-68), aprovado pelo Decreto nº 90.600, de 30 de novembro de 1984.

.....  
21

**PORTARIA Nº 772, DE 4 DE DEZEMBRO DE 1998.**

Altera Efetivos de Oficiais de Carreira, para o período de 5 de dezembro a 31 de dezembro de 1998.

.....  
22

**PORTARIA Nº 773, DE 4 DE DEZEMBRO DE 1998.**

Aprova as Normas para Convocação, Seleção e Incorporação de Médicos, Farmacêuticos, Dentistas e Veterinários destinados ao Estágio de Adaptação e Serviço.

.....  
22

**PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 774, DE 4 DE DEZEMBRO DE 1998.**

Representações do Exército Brasileiro

.....  
33

**DEPARTAMENTO-GERAL DO PESSOAL**

**PORTARIA Nº 044, DE 06 DE NOVEMBRO DE 1998**

Fixa as vagas para os Cursos de Especialização e de Extensão de Oficiais em 1999.

.....  
38

**PORTARIA Nº 045, DE 06 DE NOVEMBRO DE 1998**

Fixa as Vagas para os Cursos de Especialização e de Extensão de Sargentos em 1999.

.....  
41

**PORTARIA Nº 046, DE 06 DE NOVEMBRO DE 1998**

Fixa vagas para o 1º ano do Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais e para o Curso de Preparação ao Curso de Aperfeiçoamento Militar para Oficiais Médicos, em 1999.

.....  
44

**SECRETARIA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA**

**PORTARIA Nº 055, DE 17 DE SETEMBRO DE 1998**

VTNE 1 1/2T 4X4 (VOP 2) - UNIMOG U 1300 L

.....  
45

**PORTARIA Nº 059, DE 09 DE NOVEMBRO DE 1998.**

CARTUCHO PLÁSTICO CALIBRE 12 COM 03 PROJÉTEIS DE BORRACHA - MODELO AM-403/A

.....  
45

**PORTARIA Nº 060, DE 09 DE NOVEMBRO DE 1998.**

CARTUCHO CALIBRE 38.1 MM COM 03 PROJÉTEIS DE BORRACHA - MODELO AM-404

.....  
45

**PORTARIA Nº 061, DE 10 DE NOVEMBRO DE 1998.**

COLETE À PROVA DE BALAS, NÍVEL II (DYNEEMA UD-75/28 CAMADAS)

.....  
46

**PORTARIA Nº 062, DE 10 DE NOVEMBRO DE 1998.**

PISTOLA SEMI-AUTOMÁTICA CALIBRE 9MM PARABELLUM MOD PT-111 (OXIDADA)

.....  
46

**PORTARIA N° 063, DE 25 DE NOVEMBRO DE 1998.**

REFORÇO DE BLINDAGEM OPACA PARA VEÍCULOS ESPECIAIS (CARRO-FORTE)

.....  
46

**PORTARIA N° 064, DE 27 DE NOVEMBRO DE 1998.**

GRANADA EXPLOSIVAS DE EFEITO MORAL – MOD GL 304

.....  
47

**PORTARIA N° 065, DE 01 DE DEZEMBRO DE 1998.**

COZINHA DE CAMPANHA MÓVEL, MODELO KMF 2/96 – KARCHER

.....  
47

**3ª PARTE**

**ATOS DE PESSOAL**

**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA**

**DECRETO S/N°, DE 25 DE NOVEMBRO DE 1998**

Exoneração e Nomeação

.....  
48

**DECRETO S/N°, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1998**

Exoneração – Nomeação

.....  
49

**MINISTRO DO EXÉRCITO**

**PORTARIA N° 752, 753, 754 E 760 DE 04 DE DEZEMBRO DE 1998**

Exoneração e Nomeação

.....  
50

**PORTARIA N° 761 E 762 DE 04 DE DEZEMBRO DE 1998**

Nomeação

.....  
53

**PORTARIA MINISTERIAL N° 775 E 776, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1998**

Medalha do Pacificador - outorga

.....  
53

**NOTAS:**

**RETIFICAÇÃO DA PORTARIA N° 734 DE 17 DE NOVEMBRO DE 1998**.....54

## **DEPARTAMENTO-GERAL DO PESSOAL**

### **PORTARIA Nº 077-DGP/DSM, DE 30 DE NOVEMBRO DE 1998**

Concessão de Dispensa do Serviço Ativo do Exército

.....  
54

### **DESPACHOS Nº 001 A 005-DGP/DSM, DE 30 DE NOVEMBRO DE 1998**

Autorização para uso de uniforme

.....  
54



## **4ª PARTE**

### **JUSTIÇA E DISCIPLINA**

**Sem alteração.**

## **1ª PARTE**

### **LEIS E DECRETOS**

#### **LEI Nº 9.714, DE 25 DE NOVEMBRO DE 1998**

**Altera dispositivos do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal  
(DOU nº 227, de 26 de novembro de 1998)**

#### **LEI Nº 9.715, DE 25 DE NOVEMBRO DE 1998**

**Dispõe sobre as contribuições para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PIS/PASEP, e dá outras providências  
(DOU nº 227, de 26 de novembro de 1998)**

#### **MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.675-44, DE 25 DE NOVEMBRO DE 1998**

**Dispõe sobre medidas complementares ao Plano Real e dá outras providências  
(DOU nº 227, de 26 de novembro de 1998)**

#### **MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.684-48, DE 25 DE NOVEMBRO DE 1998**

**Dispõe sobre o pagamento dos militares e dos servidores públicos do Poder Executivo Federal, inclusive suas autarquias e fundações, bem como dos empregados das empresas públicas e das sociedades de economia mista e de suas subsidiárias, e dá outras providências  
(DOU nº 227, de 26 de novembro de 1998)**

#### **DECRETO Nº 2.857, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1998**

**Cria a Embaixada do Brasil em Skopie, República da Macedônia, cumulativa com a Embaixada do Brasil em Sófia**

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, no uso das atribuições que lhe confere o art 84, incisos IV e VII, da constituição,

DECRETA:

Art 1º Fica criada a Embaixada do Brasil em Skopie, República da Macedônia.

Art 2º A missão de que trata o artigo anterior será cumulativamente com a embaixada do Brasil em Sófia.

Art 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.  
**(DOU nº 235, de 8 de dezembro de 1998)**

## **2ª PARTE**

### **ATOS ADMINISTRATIVOS**

#### **MINISTRO DO EXÉRCITO**

**PORTARIA Nº 747, DE 2 DE DEZEMBRO DE 1998.**

#### **Aprova o regulamento do Departamento de Engenharia e Construção (R-155).**

O MINISTRO DE ESTADO DO EXÉRCITO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 28, inciso V, do Decreto nº 93.188, de 29 de agosto de 1986, e de acordo com o que propõe o Departamento de Engenharia e Construção, ouvido o Estado-Maior do Exército, resolve:

Art. 1º Aprovar o Regulamento do Departamento de Engenharia e Construção (R-155), que com esta baixa.

Art. 2º Estabelecer que esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogar a Portaria Ministerial nº 202, de 03 de maio de 1994.

#### **REGULAMENTO DO DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO (R-155)**

##### **ÍNDICE DOS ASSUNTOS**

.....	Art.
TÍTULO I - GENERALIDADES	
CAPÍTULO I - Do Departamento e suas Finalidades .....	1º
CAPÍTULO II - Da Competência .....	2º
CAPÍTULO III - Da Subordinação .....	3º/4º
TÍTULO II - ORGANIZAÇÃO	
CAPÍTULO I - Da Organização Geral .....	5º
CAPÍTULO II - Da Organização Pormenorizada .....	6º
TÍTULO III - ATRIBUIÇÕES	
CAPÍTULO I - Das Atribuições Orgânicas .....	7º/8º
CAPÍTULO II - Das Atribuições Funcionais .....	9º/13
TÍTULO IV - OUTRAS DISPOSIÇÕES	
CAPÍTULO I - Das Substituições .....	14
CAPÍTULO II - Das Prescrições Diversas .....	15/16
ANEXO – ORGANOGRAMA DO DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO	

# **REGULAMENTO DO DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO (R-155)**

## **TÍTULO I**

### **GENERALIDADES**

#### **CAPÍTULO I**

##### **Do Departamento e suas Finalidades**

Art. 1º O Departamento de Engenharia e Construção (DEC) é o Órgão de Direção Setorial incumbido de realizar, no âmbito do Ministério do Exército, o planejamento, a orientação, a coordenação e o controle dos assuntos relativos às atividades de construção, patrimônio imobiliário e cartografia, em conformidade com as políticas e diretrizes estratégicas do Exército.

#### **CAPÍTULO II**

##### **Da Competência**

Art. 2º Compete ao DEC:

I - planejar, orientar, coordenar e controlar as ações relacionadas com:

a) atividades de construção, compreendendo:

1. obras militares;

2. obras civis, em cooperação com órgãos da Administração Pública.

b) bens imóveis, sob jurisdição do Ministério do Exército;

c) atividades cartográficas;

d) atividades relacionadas com o funcionamento do Sistema de Imagem do Exército (SIMAGEx);

e) gestão de materiais empregados nas atividades de cartografia e de obras militares.

II - promover estudos, análises e pesquisas, tendo em vista o aprimoramento de suas atividades setoriais;

III - expedir diretrizes, instruções, normas, planos e programas necessários às ações que lhe são pertinentes;

IV - apresentar propostas ao Ministro do Exército, com vistas:

a) ao aperfeiçoamento e à funcionalidade da legislação de interesse do Departamento;

b) a adequar e atualizar a Política Setorial.

V - apresentar propostas aos demais Órgãos Setoriais e ao EME e, nos assuntos concernentes ao DEC, relativos a:

a) Doutrina Militar Terrestre;

b) organização, capacitação e emprego dos recursos humanos requeridos.

VI - atuar nos projetos e atividades a seu cargo:

a) elaborando, em consonância com as Diretrizes do EME, os Planos Setoriais (PS) e Programas Plurianuais Setoriais (PPS);

b) acompanhando a execução física e financeira.

VII - atuar, juntamente com a Secretaria de Tecnologia da Informação e sob a orientação do Estado-Maior do Exército, com vistas a assegurar o funcionamento integrado do Sistema de Imagem do Exército (SIMAGEx);

VIII - prestar a necessária assessoria jurídica para orientar e respaldar os atos da Administração praticados pelas OM que lhe são vinculadas;

XI - realizar a estatística referente às suas atividades;

X - integrar o Sistema de Mobilização do Exército (SIMOBE), participando do estudo, planejamento, preparo e execução da mobilização;

XI - participar do Sistema de Catalogação do Exército (SICATEX).

### **CAPÍTULO III**

#### **Da Subordinação**

Art. 3º O DEC subordina-se diretamente ao Ministro do Exército.

Art. 4º As atividades setoriais do DEC baseiam-se nas políticas pertinentes à sua competência, traçadas pelo Ministro do Exército, e nas diretrizes correspondentes, baixadas pelo Estado-Maior do Exército (EME).

### **TÍTULO II**

### **ORGANIZAÇÃO**

#### **CAPÍTULO I**

#### **Da Organização Geral**

Art. 5º O DEC compreende:

I - Chefia;

II - Órgãos de Apoio.

#### **CAPÍTULO II**

#### **Da Organização Pormenorizada**

Art. 6º A Organização pormenorizada do DEC é a seguinte:

I - Chefia

a) Chefe;

b) Vice-Chefe;

c) Gabinete;

d) Assessorias.

II - Órgãos de Apoio

a) Diretoria de Obras Militares (DOM);

b) Diretoria de Patrimônio (D Patr);

c) Diretoria de Serviço Geográfico (DSG);

d) Diretoria de Obras de Cooperação (DOC);

Parágrafo único. O organograma do DEC é o constante do Anexo a este Regulamento.

## **TÍTULO III**

### **ATRIBUIÇÕES**

#### **CAPÍTULO I**

##### **Das Atribuições Orgânicas**

Art. 7º São atribuições da Chefia:

I - dirigir as atividades do Departamento;

II - orientar, coordenar e controlar as ações das Diretorias subordinadas;

III - realizar as atividades de mobilização que lhe forem atribuídas;

IV - realizar a gestão dos recursos orçamentários destinados à execução das atividades e projetos de sua competência;

V - realizar e dirigir a execução, por parte das Diretorias subordinadas, das atividades de estatística;

VI - realizar o acompanhamento da execução física e orçamentária das atividades e projetos de sua competência.

Art. 8º São atribuições dos Órgãos de Apoio:

I - Gerais:

a) superintender as atividades relacionadas com os projetos e programas de sua competência;

b) elaborar propostas relativas a:

1. organização, capacitação e emprego de recursos humanos requeridos por suas atividades;

2. planos, projetos, programas, instruções e normas técnicas, concernentes às suas atividades;

3. aperfeiçoamento da política, das diretrizes, da legislação e das normas administrativas em vigor;

4. orçamentação e programação de recursos;

5. licitações, contratos, convênios, acordos e ajustes;

6. manuais técnicos;

7. visitas e inspeções.

c) fiscalizar a aplicação das normas técnicas por todos os órgãos responsáveis pela execução de atividades de sua competência;

d) realizar o controle físico, orçamentário e financeiro dos seus projetos e atividades;

e) manter contatos, quando autorizados, com instituições públicas ou privadas, relativos a assuntos de sua responsabilidade;

f) realizar os encargos de mobilização que lhe couberem, de acordo com as diretrizes, instruções e normas setoriais;

g) realizar as atividades de estatística, referentes aos assuntos de sua competência;

h) promover estudos objetivando o aprimoramento e a racionalização de suas atividades;

i) assistir as Regiões Militares e Organizações Militares nos aspectos normativos e técnicos das atividades de sua gestão.

II - Específicas:

a) à DOM incumbe superintender as atividades ligadas à realização de obras militares e ao controle de material de sua gestão;

b) à D Patr incumbe superintender as atividades relacionadas com a administração, alienação e aquisição de bens imóveis sob jurisdição do Ministério do Exército e as atividades relacionadas às áreas afetadas a uso especial do Exército.

c) à DSG incumbe:

1. superintender as atividades cartográficas e de imageamento por sensoriamento remoto relativas à produção de documentos de interesse do Ministério do Exército e as decorrentes de convênios estabelecidos com órgãos da Administração Pública;

2. realizar suprimento e manutenção do material sob sua gestão;

3. cooperar, em sua área de atuação, para assegurar o funcionamento integrado do SIMAGEx.

d) à DOC incumbe superintender as atividades relativas à execução de obras de cooperação com outros órgãos e entidades da Administração Pública, atribuídas às Organizações Militares de Engenharia de Construção por força de convênios.

## **CAPÍTULO II**

### **Das Atribuições Funcionais**

Art. 9º São atribuições do Chefe do Departamento:

I - dirigir as atividades do Departamento;

II - responder, perante o Ministro do Exército, pelo cumprimento das finalidades do Departamento;

III - assessorar o Ministro do Exército no trato dos assuntos de suas atribuições;

IV - integrar o Alto Comando do Exército e o Conselho Superior de Economia e Finanças;

V - estabelecer a política administrativa do Departamento e assegurar a consecução dos objetivos propostos;

VI - praticar os atos de sua competência legal ou delegados pelo Ministro do Exército;

VII - expedir diretrizes, normas, instruções e outros documentos relativos aos assuntos afetos ao Departamento;

VIII - determinar auditorias na área de sua competência;

IX - delegar competência para a prática de atos administrativos relacionados com as suas atribuições, de acordo com a legislação em vigor.

Art. 10. São atribuições do Vice-Chefe do Departamento:

I - assessorar o Chefe do Departamento e substituí-lo nos seus impedimentos;

II - coordenar as ações atribuídas às Diretorias do DEC;

III - superintender as atividades do Gabinete e das Assessorias do DEC;

IV - manter-se informado sobre os assuntos doutrinários, normativos e da política administrativa em curso no âmbito do Departamento e de suas Diretorias;

V - praticar os atos de sua competência legal ou delegados pelo Chefe do DEC, visando à execução dos trabalhos específicos do Departamento.

Art. 11. São atribuições do Chefe de Gabinete do DEC:

I - dirigir os trabalhos do Gabinete;

II - responder, perante o Vice-Chefe do Departamento, pela execução das atividades-meio do Departamento, especificamente, relativas a pessoal civil e militar, informações e segurança, informática, comunicação social, histórico, cerimonial, estatística e mobilização, instrução e gestão financeira e do material;

III - assessorar o Chefe e o Vice-Chefe do Departamento nos assuntos de sua responsabilidade, inclusive no que se refere à situação e à necessidade de recursos financeiros, destinados à atividade-meio.

Art. 12. É atribuição dos Assessores assistir o Chefe e o Vice-Chefe do Departamento na execução de suas atribuições, executando estudos e análises, preparando relatórios e elaborando propostas, pareceres, informações, documentos normativos e outros documentos que devam ser expedidos pelo Chefe do Departamento.

Art. 13. São atribuições dos Diretores subordinados:

I - assessorar o Chefe do Departamento nos assuntos específicos de sua Diretoria;

II - dirigir as atividades da Diretoria;

III - responder perante o Chefe do DEC pelo cumprimento dos encargos de sua Diretoria.

## **TÍTULO IV**

### **OUTRAS DISPOSIÇÕES**

#### **CAPÍTULO I**

##### **Das Substituições**

Art. 14. As substituições temporárias no DEC obedecem ao Regulamento Interno e dos Serviços Gerais e às Instruções Gerais para a Realização das Substituições Temporárias no âmbito do Ministério do Exército (IG 10-08), sendo processadas, respectivamente, dentro do Gabinete, das Assessorias e das Diretorias.

#### **CAPÍTULO II**

##### **Das Prescrições Diversas**

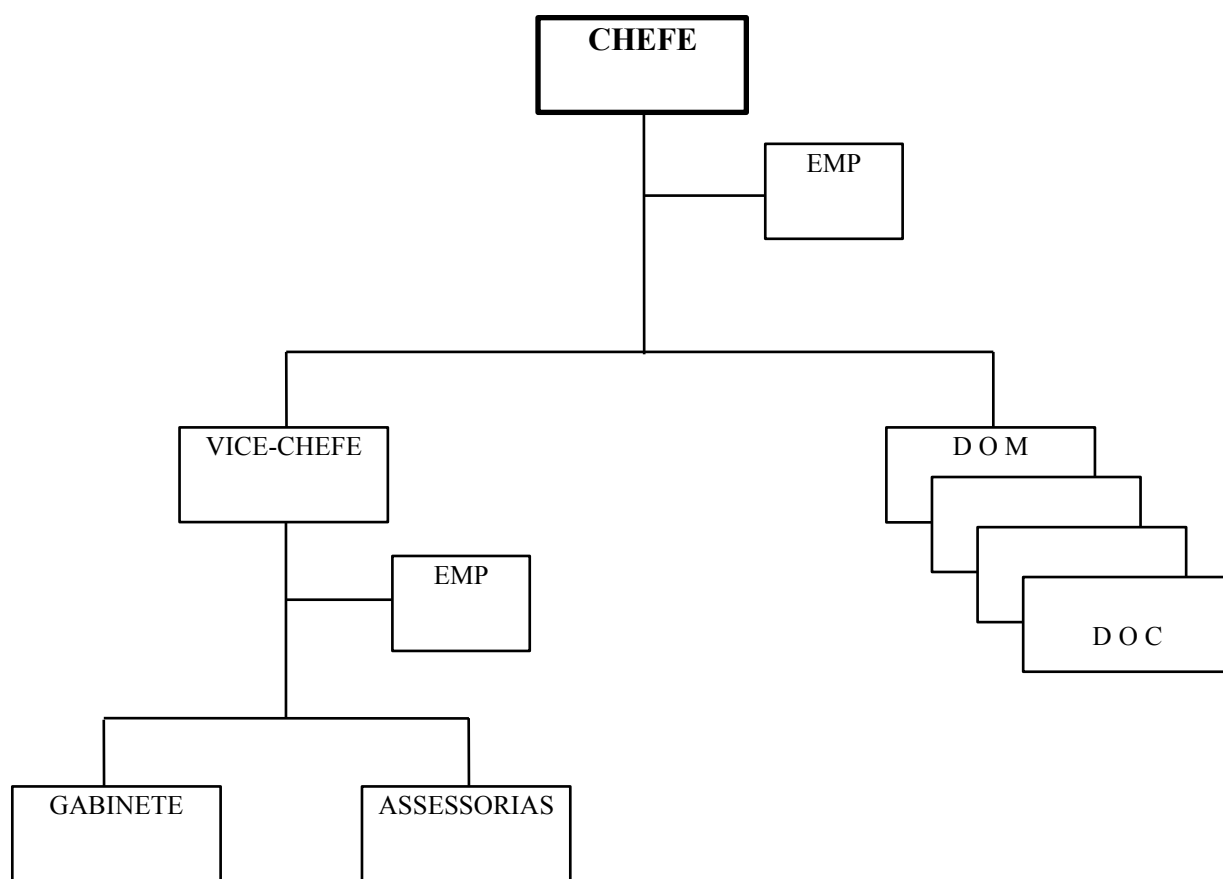
Art. 15. Os casos não previstos neste Regulamento serão resolvidos pelo Ministro do Exército, por intermédio de proposta do Chefe do Departamento, com base na legislação específica.

Art. 16. Em complemento às prescrições contidas neste Regulamento, o Departamento elaborará o seu Regimento Interno.

## **ANEXO AO REGULAMENTO DO DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO (R-155)**



## ORGANOGRAMA DO DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO



**PORTARIA Nº 763, DE 4 DE DEZEMBRO DE 1998.**

**Dispõe sobre a contratação de Auxiliares Locais.**

O MINISTRO DE ESTADO DO EXÉRCITO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II da Constituição, e tendo em vista o disposto no Decreto nº 2.301, de 14 de agosto de 1997, resolve:

Art. 1º Fixar os parâmetros de lotação dos Auxiliares Locais contratados para prestar serviços nas Representações deste Ministério sediadas no exterior, que passam a ser os constantes da Tabela do Anexo a esta Portaria.

Parágrafo único. Para efeito desta Portaria, a expressão Organizações de Representação deste Ministério sediadas no exterior, doravante denominadas apenas Representações, referem-se aos escritórios dos Adidos do Exército permanentes ou temporários e às Comissões do Exército Brasileiro no exterior.

Art. 2º Delegar competência aos Adidos e Chefes de Representações para contratar Auxiliares Locais e atribuir os valores da remuneração mensal dos contratados, bem como os ajustes referidos no § 1º do art. 21 do Dec 2.301/97.

§ 1º Os Adidos e os Chefes de Representações submeterão à aprovação do Estado-Maior do Exército (EME), até 15 de fevereiro de cada ano, por intermédio da cadeia de comando, as propostas de tabela de remuneração para vigorar no exercício financeiro seguinte e de ajuste que trata o caput deste artigo.

§ 2º As parcelas componentes da remuneração estabelecida no contrato de trabalho são as previstas na legislação trabalhista local, ficando vedada a concessão de qualquer outra vantagem pecuniária.

§ 3º O valor da retribuição mensal do Auxiliar Local deverá levar em conta as condições do mercado e a legislação do país sede da Representação que o está contratando.

§ 4º A remuneração poderá ser reajustada quando ocorrer a renovação do contrato de trabalho, respeitados os valores constantes da tabela aprovada para o respectivo exercício financeiro.

§ 5º O contrato de trabalho terá as seguintes características:

- a) periodicidade: anual, admitindo-se renovação;
- b) unidade monetária: dólar norte-americano ou moeda corrente do país, quando a legislação local assim determinar;
- c) celebração: no idioma oficial do país, com cópia traduzida para o português.

Art. 3º Os atos de contratação, de rescisão ou de renovação de contrato de trabalho, conforme delegação contida no art. 2º desta Portaria, serão praticados pelos Adidos ou Chefes de Representação, ficando vedada a subdelegação de competência.

§ 1º Cópia traduzida dos atos de que trata o *caput* deste artigo deverá ser obrigatoriamente remetida ao EME.

§ 2º A rescisão ou a não renovação do contrato de trabalho obedecerá sempre à legislação local, principalmente no que couber ao pagamento de indenizações e demais direitos trabalhistas.

Art. 4º O Contrato de Trabalho conterá, obrigatoriamente, as seguintes cláusulas:

I - Identificação da Representação e do Auxiliar Local;

II - Prazo de validade do Contrato;

III - Remuneração expressa em dólar norte-americano ou moeda corrente do país quando a legislação assim o determinar;

IV - Direitos;

V - Deveres;

VI - Filiação à Previdência;

VII - Subordinação às normas da Representação.

Art. 5º Os Adidos e Chefes de Representação são responsáveis pelo pagamento da retribuição mensal e pelo recolhimento e pagamento de contribuições previdenciárias e demais encargos legais do país considerado.

§ 1º Os Adidos e os Chefes de Representação deverão informar ao EME as importâncias a serem recolhidas a título de previdência social no Brasil em decorrência de contratos de trabalho firmados com Auxiliares Locais.

§ 2º Os procedimentos e o recolhimento das contribuições previdenciárias no Brasil ficam a cargo do EME.

Art. 6º Fica vedada a concessão de promoção ou a realização de progressão funcional, visto que o emprego de Auxiliar Local, de natureza temporária, não está organizado em carreira, nem constitui categoria funcional específica.

Art. 7º A rescisão ou a não renovação, por iniciativa da administração, ocorrerá por seu interesse ou por descumprimento do Contrato de Trabalho.

Parágrafo único. A rescisão contratual realizada na situação definida no *caput* deste artigo deverá ser comunicada por escrito ao Auxiliar Local, com a antecedência que dispuser a legislação trabalhista local ou, na falta desta, com antecedência de trinta dias.

Art. 8º A rescisão ou a não renovação por iniciativa do contratado ocorrerá mediante pedido por escrito, com antecedência mínima de trinta dias.

Parágrafo único. Em casos excepcionais, a critério do Adido ou do Chefe de Representação, poderá ser reduzido o prazo estipulado no *caput* deste artigo e do parágrafo único do art. 7º.

Art. 9º O processo seletivo simplificado será organizado e executado pela própria Representação, devendo observar o disposto no art. 9º do Decreto nº 2.301/97 e conter, ainda:

I - *Curriculum Vitae*;

II - apresentação de referências profissionais;

III - entrevista, que terá por objetivo avaliar o domínio da língua portuguesa e do idioma oficial ou estrangeiro de maior uso corrente no país;

IV - outros critérios julgados necessários pelo Adido ou Chefe de Representação.

§ 1º O processo seletivo deverá ser precedido de ampla divulgação.

§ 2º Os documentos referentes ao processo seletivo deverão permanecer arquivados nas Representações por um período de 5 (cinco) anos.

Art. 10. O Adido ou Chefe de Representação deverá expedir norma contendo as atribuições e a subordinação de cada emprego, bem como os direitos e os deveres dos Auxiliares Locais.

Parágrafo único. O Auxiliar Local deverá apresentar declaração de conhecimento e concordância das normas impostas pela legislação local, pelo Decreto nº 2.301/97, por esta Portaria e pela norma de que trata o *caput* deste artigo.

Art. 11. O Adido ou Chefe de Representação deverá providenciar para que o Auxiliar Local, contratado até 9 de dezembro de 1993, manifeste-se por escrito, na conformidade dos art. 20 e 21 do Decreto nº 2.301/97.

Art. 12. A retroatividade prevista nos §§ 1º, 2º e 3º do art. 21 do Decreto nº 2301/97 não será aplicada no caso de ter havido compensação pecuniária já paga ao contratado.

Art. 13. Fica vedada a concessão de diárias, no caso de afastamento do Auxiliar Local para fora da sua sede, sendo-lhe devido o ressarcimento das despesas efetivamente realizadas e comprovadas, com recursos alocados às Representações.

Art. 14. O pagamento de horas extras aos Auxiliares Locais ficará condicionado à legislação trabalhista local e à disponibilidade de recursos financeiros específicos.

Art. 15. O Departamento-Geral do Pessoal (DGP) deverá expedir instruções complementares a esta Portaria, versando sobre os procedimentos a serem adotados pelas Representações.

Art. 16. Os casos omissos e as dúvidas decorrentes desta Portaria serão resolvidos pelo DGP.

Art. 17. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**ANEXO À PORTARIA Nº 763, DE 4 DE DEZEMBRO DE 1998.**

**QUADRO DE LOTAÇÃO**

TIPO DE REPRESENTAÇÃO	FUNÇÕES						TOTAL PARA A REPRESENTAÇÃO	
	ASSISTENTE TÉCNICO	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	AUXILIAR DE APOIO			TOTAL GERAL	MIN	MAX
	INTÉRPRETE	SECRETÁRIA	MOTOCRISTA	COPEIRA	FAXINEIRA			
CEBW	-	13	01	-	-	14	13	14
ADIEXAER	-	02	01	-	-	03	01	04
ADIFA	02	09	09	01	03	24	02	05
ADIEX	-	12	11	-	03	26	02	04
ADINAEX	-	06	06	02	01	15	02	04
TOTAIS	02	42	28	03	07	82		

**PORTARIA Nº 767, DE 4 DE DEZEMBRO DE 1998**

**Dispõe sobre a regulamentação do Sistema Nacional de Armas (SINARM) e dá outras providências**

**O MINISTRO DE ESTADO DO EXÉRCITO**, de conformidade com o prescrito no Parágrafo único do Art. 3º, nos Art. 11, 12, 13, 14, no Parágrafo único do Art. 15, nos Art. 16 e 17 todos da Lei nº 9.437, de 20 de fevereiro de 1997, resolve:

Art. 1º Os proprietários de armas de fogo de uso restrito ou proibido, independente de terem suas armas registradas em outro órgão, deverão providenciar o cadastramento destas no Ministério do Exército.

§ 1º As armas de calibre 9x19 mm e as de calibre .45 terão seus registros homologados, respectivamente, na Diretoria de Armamento e Munição (DAM) e na Diretoria de Fiscalização de Produtos Controlados (DFPC).

§ 2º As armas dos demais calibres, de propriedade de colecionadores, atiradores e caçadores, serão registradas na Região Militar a que estes estiverem vinculados.

Art. 2º O registro de armas de fogo dos militares das Forças Armadas e Auxiliares é caracterizado pela publicação em Boletins Reservados e deverá conter no mínimo os seguintes dados:

I - data de aquisição (caso seja desconhecida, utilizar a do registro);

II- tipo ( revólver, pistola, rifle, fuzil, espingarda, escopeta, etc.);

III - marca (IMBEL, Taurus, Rossi, Boito, etc.);

IV - calibre (6.35, .22, .380, .40, etc.);

V - modelo (MD 1, PT 111, PT 917-C, etc.);

VI - número da arma;

VII - comprimento do cano (só para revólver, espingarda e escopeta);

VIII - capacidade ou número de tiros;

IX - tipo de funcionamento (automática, semi-automática ou de repetição);

X - país de fabricação.

Art. 3º O porte de tráfego de arma de fogo de colecionadores, atiradores e caçadores será concedido pelos Serviços de Fiscalização de Produtos Controlados (SFPC), por meio de Guias de Tráfego.

Art. 4º Os oficiais de carreira (da ativa, da reserva remunerada e reformados) e os oficiais temporários (enquanto na ativa) têm assegurado o porte de arma, nos termos do art. 50, inciso IV, alínea “q”, da Lei nº 6.880, de 09 Dez 80, observado o disposto no art. 17 do Decreto nº 2.222, de 08 Mai 97.

Art. 5º Para a concessão de porte de arma de fogo às praças, prevista no Estatuto dos Militares, deverão ser atendidos, no mínimo, os seguintes requisitos:

I – de caráter geral:

a) ter comportamento ilibado na vida pública e na particular;

b) obter menção “B” em teste de aptidão de tiro (a ser regulamentado) com arma do mesmo tipo do porte pretendido.

II – para militares da ativa:

a) estar no comportamento bom;

b) estar apto para o serviço ativo.

III – para militares da reserva remunerada, apresentar comprovação de aptidão psicológica para manuseio de arma de fogo.

§ 1º O não-atendimento de qualquer destes requisitos implicará a cassação imediata do porte.

§ 2º A abrangência alcançada pelo porte de que trata o *caput* deste artigo deverá ser restrita à área de efetiva necessidade apresentada pelo requerente, ter prazo determinado e, em princípio, não ultrapassar os limites da Região Militar de sua vinculação.

§ 3º Nos casos excepcionais em que haja necessidade de abrangência além dos limites de uma Região Militar, esta deverá homologá-lo como porte federal.

Art. 6º Os oficiais e as praças da reserva não remunerada deverão solicitar seus portes de armas de fogo aos órgãos policiais competentes.

Art. 7º A DFPC deverá providenciar o cadastramento geral de todas as armas controladas pelo Ministério do Exército.

§ 1º As Regiões Militares deverão realizar o cadastramento das armas de fogo dos militares, colecionadores, atiradores e caçadores, sob sua jurisdição, por meio dos seus SFPC, que deverão estar interligados à DFPC.

§ 2º O Comando de Operações Terrestres (COTER) deverá coordenar o cadastramento das armas de fogo dos policiais e bombeiros militares e providenciar a remessa destes dados ao SFPC/RM a que estiver vinculada a respectiva Corporação Militar.

§ 3º Ao passar para a reserva não-remunerada, o militar deverá providenciar a transferência dos registros de suas armas de fogo junto aos órgãos policiais competentes, bem como comunicá-la ao SFPC/RM à qual pertencia.

Art. 8º As fábricas e os estabelecimentos comerciais de armas de fogo deverão informar, mensalmente, à DFPC a relação de todas as armas que derem saída de seus estoques, com a indicação de seus adquirentes.

Art. 9º As armas de fogo obsoletas, pertencentes a colecionadores, atiradores ou caçadores, a critério do interessado, poderão ser registradas no órgão militar competente.

Art. 10º As armas de uso permitido registradas por civis e militares das Forças Armadas e Auxiliares, durante o período de anistia a que se refere o art. 5º da Lei nº 9.437, de 20 de fevereiro de 1997, poderão permanecer com seus proprietários, mesmo excedendo as quantidades autorizadas pela legislação em vigor, impedindo, entretanto, a aquisição de novas armas, enquanto perdurar esta situação.

Art. 11. As armas de uso restrito ou proibido registradas por civis e militares das Forças Armadas e Auxiliares, durante o citado período de anistia, que não puderem permanecer na posse de seus proprietários, terão sua situação definida pelo Departamento de Material Bélico.

Art. 12. A cada cidadão idôneo só é permitido ser proprietário de, no máximo, 6 (seis) armas de uso permitido, sendo duas armas de porte, duas armas de caça de alma raiada e duas armas de caça de alma lisa, ressalvados os casos previstos no art. 10º desta Portaria.

§ 1º Os cidadãos enquadrados na categoria de colecionadores, atiradores ou caçadores têm seus limites regulados em legislação específica.

§ 2º Em princípio, não será concedida autorização para adquirir outra arma de fogo àquele que ultrapassar os limites estabelecidos neste artigo, no Regulamento para a Fiscalização de Produtos Controlados ( R-105) e sua legislação complementar.

§ 3º Ao cidadão idôneo, independente da categoria a que se refere o § 1º deste artigo, é permitido adquirir, anualmente, até três armas de fogo, uma de cada tipo citado no *caput* deste artigo, respeitados os casos previstos nesta Portaria e em legislações pertinentes.

§ 4º As armas de fogo que não façam parte dos acervos de colecionadores, atiradores ou caçadores, e pertencentes a civis, deverão ser registradas no SINARM e têm seus limites estabelecidos no *caput* deste artigo.

Art. 13. O desfazimento de arma de fogo, adquirida no comércio ou na transferência de pessoa para pessoa, poderá ser feito imediatamente, desde que sejam observadas as exigências contidas na Lei nº 9.437, no Decreto nº 2.222/97, no R-105 e sua legislação complementar.

§ 1º As armas adquiridas diretamente na indústria, em princípio, só poderão ser transferidas a outra pessoa depois de decorridos quatro anos de seu primeiro registro.

§ 2º Os casos excepcionais serão decididos pelo DMB.

§ 3º Àqueles que não cumprirem o prazo estabelecido no § 1º deste artigo não mais será permitida a aquisição diretamente na indústria, cabendo ao DMB a suspensão deste impedimento.

Art. 13. O DMB baixará normas complementares necessárias à plena execução das disposições constantes desta Portaria.

Art. 14. Estabelecer que esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação.

Art. 15. Revogar as Portarias nº 549, de 30 de julho de 1997, e nº 964, de 17 de novembro de 1997.

**PORTARIA Nº 768, DE 4 DE DEZEMBRO DE 1998**

**Delega competência para assinatura de Convênio e Termos Aditivos.**

O MINISTRO DE ESTADO DO EXÉRCITO, tendo em vista o que facultam os artigos 11 e 12 do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, o Decreto nº 83.937, de 6 de setembro de 1979, e de acordo com o que propõe o Estado-Maior do Exército, resolve:

Art. 1º Delegar competência ao Chefe do Departamento de Ensino e Pesquisa para, em nome do Ministério do Exército, assinar o Convênio nº 9813900 e seus respectivos Termos Aditivos com a Faculdade da Cidade - RJ.

Art. 2º Designar o Departamento de Ensino e Pesquisa como Órgão de Direção Setorial Supervisor.

Art. 3º Determinar que esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação.

**PORTARIA Nº 771, DE 4 DE DEZEMBRO DE 1998.**

**Autoriza a prorrogação, em caráter excepcional, do tempo de serviço dos Oficiais Temporários convocados conforme o art. 31 do Regulamento para o Corpo de Oficiais da Reserva do Exército (R-68), aprovado pelo Decreto nº 90.600, de 30 de novembro de 1984.**

O MINISTRO DE ESTADO DO EXÉRCITO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 24. do Regulamento para o Corpo de Oficiais da Reserva do Exército (R-68), aprovado pelo Decreto nº 2.354, de 20 de outubro de 1997, e de acordo com o que propõe o Departamento-Geral do Pessoal, ouvido o Estado-Maior do Exército, resolve:

Art. 1º Autorizar a prorrogação, até 30 de julho de 1999, em caráter excepcional, do tempo de serviço dos Oficiais Temporários de áreas técnicas, convocados conforme o art. 31, do R-68, aprovado pelo Decreto nº 90.600/84, que deveriam ser licenciados nos meses de dezembro de 1998, janeiro ou fevereiro de 1999, por término de prorrogação de tempo de serviço e por atingirem o número máximo de prorrogações previstas na legislação em vigor.

Parágrafo único. Para a prorrogação a que refere o caput deste artigo, deverá ser obedecido o disposto no art. 26, do R-68, aprovado pelo Decreto nº 2.354/97.

Art. 2º Determinar que o Chefe do Departamento-Geral do Pessoal baixe os atos complementares necessários ao cumprimento da presente Portaria.

Art. 3º Estabelecer que esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogar a Portaria nº 1.000, de 25 de novembro de 1997.

**PORTARIA Nº 772, DE 4 DE DEZEMBRO DE 1998.**



## **Altera Efetivos de Oficiais de Carreira, para o período de 5 de dezembro a 31 de dezembro de 1998.**

O MINISTRO DE ESTADO DO EXÉRCITO, no uso da atribuição conferida pelo § 1º, do art. 1º, do Decreto nº 2.468, de 20 de janeiro de 1998, que dispõe sobre os Efetivos do Exército a vigorar em 1998 e de acordo com o que propõe o Estado-Maior do Exército, resolve:

Art. 1º Alterar as seguintes parcelas dos efetivos, para o período de 5 de dezembro a 31 de dezembro de 1998, constantes do Quadro II - OFICIAIS DE CARREIRA, de que trata o art. 1º, do Decreto nº 2.468, de 20 de janeiro de 1998, para os números abaixo especificados:

### **“II - OFICIAIS DE CARREIRA**

ARMA, QUADRO OU SERVIÇO	P O S T O						SOMA
	CEL	TC	MAJ	CAP	1º TEN	2º TEN	
ARMAS E QMB	756	1.069	1.286	2.217	1.611	394	
INTENDENTES	75	102	123	260	252	79	891
ENGENHEIROS MILITARES	62	118	50	184	203	-	617
MÉDICOS	35	83	99	379	170	-	766
FARMACÊUTICOS	01	23	40	105	59	-	228
DENTISTAS	04	25	82	105	55	-	271
VETERINÁRIOS	01	-	-	-	-	-	01
QUADRO COMPLEMENTAR	-	-	-	283	650	-	933
CAPELÃES MILITARES	01	05	15	10	05	09	45

Art. 2º Estabelecer que esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação.

### **PORTARIA Nº 773, DE 4 DE DEZEMBRO DE 1998.**

#### **Aprova as Normas para Convocação, Seleção e Incorporação de Médicos, Farmacêuticos, Dentistas e Veterinários destinados ao Estágio de Adaptação e Serviço.**

O MINISTRO DE ESTADO DO EXÉRCITO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 28, inciso II, do Decreto nº 93.188, de 29 de agosto de 1986, e de acordo com o que propõe o Estado-Maior do Exército, ouvido o Departamento-Geral do Pessoal, resolve:

Art. 1º Aprovar as Normas para Convocação, Seleção e Incorporação de Médicos, Farmacêuticos, Dentistas e Veterinários destinados ao Estágio de Adaptação e Serviço, que com esta baixa.

Art. 2º Estabelecer que esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação.

#### **NORMAS PARA CONVOCAÇÃO, SELEÇÃO E INCORPORAÇÃO DE MÉDICOS, FARMACÊUTICOS, DENTISTAS E VETERINÁRIOS DESTINADOS AO ESTÁGIO DE ADAPTAÇÃO E SERVIÇO (EAS)**

##### **1. FINALIDADE**

Estabelecer procedimentos para a aplicação do que prescreve a Lei da Prestação do Serviço Militar pelos estudantes de Medicina, Farmácia, Odontologia e Veterinária, e pelos Médicos, Farmacêuticos, Dentistas e Veterinários (MFDV), e seu regulamento.

## **2. OBJETIVOS**

a. Definir as condições de execução visando à convocação, seleção e incorporação dos MFDV que se destinam ao EAS.

b. Estabelecer os critérios e padronizar os procedimentos que permitam melhor definir a designação do universo a ser incorporado no EAS, de modo a possibilitar a incorporação dos melhores recursos humanos destinados ao Exército Brasileiro, garantindo o respeito aos princípios da universalidade e da racionalidade, que caracterizam o Serviço Militar no Brasil.

## **3.REFERÊNCIAS**

a. Lei nº 5.292, de 08 de junho de 1967 - Lei de Prestação do Serviço Militar pelos Estudantes de Medicina, Farmácia, Odontologia e Veterinária e pelos Médicos, Farmacêuticos, Dentistas e Veterinários (LMFDV), com as modificações das Leis nº 5.399, de 20 de março de 1968 e nº 7.264 de 4 de dezembro de 1984, e do Decreto-Lei nº 2.059, de 1º de setembro de 1983.

b. Decreto nº 63.704, de 29 de novembro de 1968 (Regulamento da Lei de Prestação do Serviço Militar pelos Estudantes de Medicina, Farmácia, Odontologia e Veterinária e pelos Médicos, Farmacêuticos, Dentistas e Veterinários - (RLMFDV), modificado pelos Decreto nº 91.206, de 29 de abril de 1985 e nº 1.295 de 26 de outubro de 1994.

c. Decreto nº 2.354, de 20 de outubro de 1997 (Aprova o Regulamento para o Corpo de Oficiais da Reserva do Exército - R-68).

d. Portaria Ministerial nº 322, de 2 de junho de 1995 (Adota, para o Exército, o Serviço Militar feminino, voluntário, por Médicas, Farmacêuticas, Dentistas e Veterinárias, e dá outras providências) - (Boletim do Exército nº 23, de junho de 1995).

e. Portaria Ministerial nº 294, de 21 de maio de 1996 (Altera a Portaria Ministerial nº 322, de 2 de junho de 1995, que adota, para o Exército, o Serviço Militar feminino, voluntário, para Médicas, Farmacêuticas, Dentistas e Veterinárias (revoga a Portaria nº 032-DGP, de 28 de julho de 1995) - (Boletim do Exército nº 23, de 7 de junho de 1996).

f. Portaria nº 024-DGP, de 9 de julho de 1996 (Aprova as Normas para a Regulamentação do Serviço Militar feminino, voluntário, a ser prestado por Médicas, Farmacêuticas, Dentistas e Veterinárias) - (Boletim do Exército nº 19, de julho de 1996).

g. Portaria Ministerial nº 950, de 14 de novembro de 1997 (Instruções Gerais da Convocação, Estágios e Promoção dos Oficiais e dos Aspirantes-a-Oficial da 2ª Classe da Reserva - IG 10-68).

## **4.CONVOCAÇÃO**

a. Serão convocados para a seleção visando à prestação do EAS:

1) Em caráter obrigatório:

a) Os estudantes do último semestre e os Médicos, Farmacêuticos, Dentistas e Veterinários formados no 1º semestre em Instituto de Ensino (IE) tributários, portadores de Certificados de Alistamento Militar (CAM) e de Dispensa de Incorporação (CDI).

b) Os médicos que obtiveram adiamento de incorporação para realizarem a Residência Médica, imediatamente após o término do prazo concedido, e os MFDV em débito com o Serviço Militar.

2) Em caráter voluntário:

a) Os estudantes do último semestre de IE tributários e os Médicos, Farmacêuticos, Dentistas e Veterinários, que sejam Oficiais ou Asp Of R/2 ou reservistas de 1ª ou 2ª categoria.

b) As mulheres, desde que obedecidas as Normas aprovadas pela Portaria nº 024/DGP, de 9 de junho de 1996.

c) Os estudantes do último semestre de IE não tributários formadores de Médicos, Farmacêuticos, Dentistas e Veterinários, e os Médicos, Farmacêuticos, Dentistas e Veterinários que tenham sido dispensados em convocações anteriores, a critério da Região Militar, visando a atender eventuais deficiências de convocados para a incorporação.

b. Não poderão ser convocados para o EAS:

1) Os militares da ativa e da reserva remunerada

2) Os candidatos, voluntários ou não, que tenham, referidos a 31 de dezembro do ano da incorporação, mais de:

a) 38 (trinta e oito) anos de idade.

b) 08 (oito) anos de efetivo serviço, contínuos ou interrompidos, computados para esse efeito todos os tempos de Serviço Militar e/ou Serviço Público, em qualquer dos níveis.

c. Controle do universo a ser incorporado

1) As Regiões Militares (RM) deverão solicitar aos IE tributários de MFDV, de acordo com o Art 15 do RLMFDV, os seguintes documentos:

a) Relação nominal da totalidade dos estudantes matriculados no último semestre, acompanhada das Fichas Individuais para fins de Serviço Militar (FISEMI), devidamente preenchidas, dos estudantes com convocação obrigatória e dos voluntários, incluindo-se, nesse caso, as do sexo feminino.

b) Relação dos concludentes, ao término de cada semestre letivo, para fins de confrontação com as FISEMI já remetidas.

d. Chamada dos Convocados

Deverão ser providenciados pela RM a impressão de editais de convocação para divulgação na imprensa, nos IEMFDV, nos hospitais e clínicas militares e civis, nos Conselhos Regionais, e outros locais, a critério das RM. Deverão constar dos editais, dentre outras informações, um chamamento aos MFDV em débito com o Serviço Militar.

e. Divulgação do EAS

Até o final do primeiro semestre de cada ano, as Regiões Militares deverão realizar palestras nos IE tributários, ressaltando aspectos importantes do EAS, que servirão de subsídio para a orientação do futuro convocado, inclusive com informações sobre a Amazônia, particularmente, para as RM tributárias daquela área. De preferência, valer-se de testemunho de MFDV, que já prestaram ou estão prestando Serviço Militar.

## **5. SELEÇÃO**

a. Será realizada por Comissão de Seleção Especial (CSE), sob a responsabilidade das RM, de acordo com o calendário estabelecido pelas Instruções Complementares de Convocação (ICC).

b. Em cada RM poderá haver mais de uma CSE, em função das suas necessidades e do planejamento dos Comandos Regionais.

c. As CSE terão os seus efetivos regulados pelas RM conforme as suas peculiaridades, de modo a atender a seguinte organização:

1) Presidência, a ser desempenhada por um Oficial Superior;

- 2) Posto de Apresentação – PA;
- 3) Posto de Inspeção de Saúde – PIS;
- 4) Posto de Avaliação e Entrevista – PAE;
- 5) Posto Controle de Seleção e de Dispensados – PCS.

d. As RM deverão estabelecer ligações com as demais Forças Singulares, visando à participação de representantes das mesmas nas CSE (art. 16 do RLMFDV).

e. O desenvolvimento da seleção obedecerá aos seguintes mecanismos:

1) Posto de Apresentação (PA)

a) Processa a inscrição dos voluntários;

b) Realiza uma triagem nos convocados observando:

(1) Conferência dos dados constantes da FISEMI;

(2) Certidão de Nascimento ou Casamento;

(3) Situação Militar;

(4) Tempo anterior de Serviço Militar e de Serviço Público

(5) Origem do convocado, verificando, se for o caso, a sua situação na RM correspondente.

c) Providencia a abertura de uma Ficha de Seleção para cada convocado;

d) Encaminha para o PIS os convocados aptos na triagem;

e) Encaminha para o PCS aqueles que não atenderam as condições para a convocação.

2) Posto de Inspeção de Saúde (PIS)

a) Realiza o exame físico-médico, mediante inspeção de saúde que comprove aptidão física para o oficialato, baseado no que prescreve o Anexo “B” à Portaria nº 04/DEP, de 21 de março de 1997 - Causas de Incapacidade para a Matrícula nos Cursos de Formação de Oficiais do Quadro Complementar e do Quadro de Saúde.

b) Encaminha para o PAE os convocados aptos;

c) Encaminha para o PCS os convocados julgados incapazes.

3) Posto de Avaliação e Entrevista (PAE)

a) Os convocados são inicialmente submetidos a uma entrevista, visando a:

(1) Levantar possíveis aspectos morais e de conduta que contra indiquem a convocação como oficial;

(2) Registrar dados individuais do convocado (estado civil, dependentes, etc);

(3) Analisar a situação dos convocados que não desejam servir, verificando as implicações sociais decorrentes;

(4) Relacionar os voluntários para a Região Amazônica;

(5) Outros testes classificatórios, a critério das RM.

b) Os dados obtidos são registrados na Ficha de Seleção.

c) Os convocados são submetidos a uma avaliação profissional, de acordo com os critérios constantes da Ficha de Avaliação Técnica (Anexo “A”) e com base nos respectivos documentos comprobatórios.

d) Os dados obtidos na Ficha de Avaliação Técnica são consolidados e totalizados na Ficha de Classificação (Anexo “B”). O campo “Classificação” será preenchido pela Seção de Serviço Militar Regional (SSMR), ao término da seleção.

e) O convocado é encaminhado para o PCS juntamente com a sua documentação (FISEMI, Ficha de Seleção, Ficha de Avaliação Técnica e Ficha de Classificação) separadas por área profissional (MFDV).

4) Posto Controle de Seleção e de Dispensados (PCS)

a) Recebe do PIS os convocados julgados incapazes;

b) Recebe do PAE os convocados submetidos à entrevista e avaliação, bem como a sua respectiva documentação;

c) Recebe do PA os convocados que não atenderam as condições de convocação, para fins de liberação e orientações julgadas pertinentes.

d) Providencia o Certificado de Isenção (CI) para os convocados julgados incapaz “C”.

e) Orienta os convocados aptos sobre a época em que deverão retornar à CSE para conhecimento da designação, em datas a serem fixadas pela RM, bem como sobre os prazos de adiamento para a Residência Médica.

## **6. DISTRIBUIÇÃO**

a. Será realizada pelas RM com base nos dados obtidos pela SSMR referentes à seleção e pela Seção de Serviço de Saúde Regional (SSSR) no tocante às necessidades das OM.

b. A distribuição será processada de acordo com as seguintes etapas:

1) Distribuição para as outras Forças Singulares, observando-se:

a) Necessidades de MFDV;

b) Especialidade requeridas;

c) Opções do convocado;

d) Parecer da CSE, ouvindo-se os representantes das respectivas Forças.

2) Distribuição para as OM regionais:

a) Critérios a serem adotados:

(1) Especialidade do convocado, de acordo com a sua classificação técnica;

(2) OM com prioridade de distribuição;

(3) Precedência entre os convocados.

b) Prioridade de distribuição entre as OM:

(1) Hospitais;

(2) Posto Médico de Guarnição;

(3) OM situada em guarnição onde não haja hospital ou posto médico;

(4) Estabelecimentos de Ensino;

(5) Demais OM.

c) Destinação dos MFDV

Sempre que possível, a distribuição deverá ajustar o perfil técnico profissional do convocado com as características das OM, conforme segue:

(1) OMS (Hospitais e Postos Médicos de Guarnição): profissionais que possuam aperfeiçoamento e/ou especialização (residência médica, mestrado, doutorado).

(2) OM situadas em Guarnições onde não existem OMS: generalista com experiência profissional.

(3) Demais OM: generalista com experiência profissional ou recém-formado com uma boa formação nas especialidades básicas.

(4) Precedência entre os convocados: deve ser observada a classificação obtida na CSE. Em caso de empate no critério técnico, deverão ser consideradas as prioridades e precedências constantes do art. 28 do RLPMFDV.

### 3) Distribuição para a 12ª RM

a) Será realizada com base nas necessidades de MFDV para completar os claros da 12ª RM.

b) Concorrerão para esta distribuição as 1ª, 2ª, 4ª, 6ª, 7ª e 10ª RM.

c) As RM (exceto a 9ª e a 12ª RM) deverão informar à DSM, por área profissional (MFDV) e sexo, até 10 (dez) dias após o término da seleção, a quantidade de voluntários para a 12ª RM, a fim de possibilitar o remanejamento do efetivo a ser cedido pelas RM tributárias.

d) As RM tributárias, sempre que possível, deverão priorizar o voluntariado.

e) A DSM definirá, até o final do mês de novembro, o efetivo a ser remanejado para a 12ª RM, por RM tributária. Serão considerados nesse efetivo os voluntários das RM não tributárias.

f) De posse dos efetivos a serem remanejados para a 12ª RM, as RM selecionadas deverão disponibilizar uma reserva, a fim de atender as eventuais necessidades de reacompanhamento.

## 7. DESIGNAÇÃO

a. É o ato pelo qual o convocado toma conhecimento do resultado do processo seletivo, o qual poderá ser enquadrado em uma das seguintes situações:

### 1) Designado

#### a) Para outra Força Singular

O convocado será orientado para que se apresente na respectiva Força no prazo estipulado pela mesma, bem como, para que assine a relação de designação.

#### b) Para as OM regionais

(1) O convocado toma conhecimento da OM onde prestará o EAS, bem como do local onde realizará a primeira fase, assinando a relação de designação.

(2) É informado ao convocado sobre o período e o local da seleção complementar, bem como das penalidades a que estará sujeito caso não se apresente na OM de destino nos prazos determinados (art. 29, 30, 31 e 32 do RLPMFDV).

(3) As mulheres deverão ser orientadas para que apresentem na seleção complementar, em caráter obrigatório, o exame Beta-HCG, realizado no período entre 10 e 14 dias antes da data de incorporação.

Exemplo: - Data de incorporação: 27 de fevereiro

- Realização do teste: entre os dias 13 e 17 de fevereiro

#### c) Para a 12ª RM

O convocado assina a relação de designação e é orientado para que retorne para a Seleção Complementar, a ser realizada na própria RM, antecedendo a data de embarque.

## 2) Reserva

Nessa situação o convocado deverá ficar em condições de cobrir eventuais faltas ou problemas ocorridos na seleção complementar, em qualquer das situações previstas para a designação.

## 3) Excesso de Contingente

O convocado será liberado, sendo essa situação explicitada no seu documento militar, se for o caso.

## 8. SELEÇÃO COMPLEMENTAR

a. Tem como principal finalidade verificar a ocorrência de eventuais alterações ocorridas com o convocado nos aspectos médico, físico e social. São também adotadas as medidas administrativas relativas à incorporação.

b. É realizada pelas OM responsáveis pela 1ª fase do EAS.

Para os convocados designados para a 12ª RM, a seleção complementar ficará a cargo da SSMR da RM de origem, a qual será realizada no período que antecede a data prevista para o embarque.

c. As mulheres que apresentarem o teste de gravidez positivo não deverão ser incorporadas, devendo, no entanto, serem orientadas que poderão retornar no ano seguinte, e que tal medida não tem caráter discriminatório, e visa tão somente à preservação da integridade da mãe e do feto, em face das atividades militares desenvolvidas na 1ª fase do EAS.

## 9. INCORPORAÇÃO

a. Será realizada pelas OM encarregadas da 1ª fase do EAS, na data prevista pelas Instruções Complementares de Convocação (ICC).

b. O MFDV ao ser incorporado será declarado Aspirante-a-Oficial R/2, cabendo-lhe os deveres, direitos e prerrogativas previstas no Cap VI do RCORE.

c. As medidas administrativas referentes à implantação dos MFDV no Centro de Pagamento do Pessoal do Exército (CPEx), bem como ao pagamento dos benefícios devidos, estarão a cargo das OM encarregadas da 1ª fase do EAS.

## 10. PRESCRIÇÕES DIVERSAS

a. A seleção de candidatos e a convocação para o EAS devem ser feitas, preferencialmente, na Guarnição de cada OM a ser contemplada, a fim de evitar a geração de direitos relativos à movimentação, quando da incorporação e do licenciamento.

b. Compete ao DGP a definição dos benefícios a serem concedidos aos MFDV designados para a 12ª RM, em função da situação de convocados ainda não incorporados e do deslocamento de sua RM de origem até aquela guarnição.

c. As RM deverão, sempre que possível, conceder o adiamento para o médico que comprovar aprovação em concurso para residência ou curso de especialização. Tal medida visa a permitir um crescente fluxo de profissionais qualificados ao processo seletivo, com reflexos na melhoria da qualidade do Serviço de Saúde.

## ANEXOS:

### A – FICHA DE AVALIAÇÃO TÉCNICA

### B – FICHA DE CLASSIFICAÇÃO

**C – FLUXOGRAMADA CSE / MFDV**



**ANEXO “A” às NORMAS PARA CONVOCAÇÃO, SELEÇÃO E INCORPORAÇÃO DE  
MÉDICOS, FARMACÊUTICOS, DENTISTAS E VETERINÁRIOS DESTINADOS AO  
ESTÁGIO DE ADAPTAÇÃO E SERVIÇO (EAS)**

**FICHA DE AVALIAÇÃO TÉCNICA**

01	TEMPO DE FORMADO, EM EFETIVA ATIVIDADE PROFISSIONAL	0 a 5,0 PONTOS
----	---	----------------

1,0 ponto por ano (até 05 anos) comprovado por carteira de trabalho ou declaração de empresas.

02	ESTÁGIOS REALIZADOS	0 a 6,0 PONTOS
----	---------------------	----------------

1,0 ponto para cada ano de estágio (até 03) – pós formado.

0,5 ponto para cada 06 meses de estágio (até 03) como acadêmico.

Obs: não são considerados estágios em consultórios ou laboratórios particulares.

03	MONITORIA	0 a 3,0 PONTOS
----	-----------	----------------

1,0 ponto para cada monitoria comprovada (até 03).

04	CURSOS REALIZADOS	0 a 1,0 PONTOS
----	-------------------	----------------

0,1 ponto para cada curso (até 1,0 ponto = 10 cursos).

05	APERFEIÇOAMENTO (Para Médicos = Residência Médica)	2,0 PONTOS
----	--	------------

06	ESPECIALIZAÇÃO (Título de Especialista)	5,0 PONTOS
----	---	------------

07	MESTRADO	10,0 PONTOS
----	----------	-------------

08	DOUTORADO	15,0 PONTOS
----	-----------	-------------

09	CURRICULUM ESCOLAR	0 a 5,0 PONTOS
----	--------------------	----------------

Avaliação feita pela média das notas, durante o período de faculdade.

5,0 a 5,9 ..... 0,0 ponto

6,0 a 6,9 ..... 1,0 ponto

7,0 a 7,9 ..... 2,0 pontos

8,0 a 8,9 ..... 3,0 pontos

9,0 acima ..... 5,0 pontos

**ANEXO “B” às NORMAS PARA CONVOCAÇÃO, SELEÇÃO E INCORPORAÇÃO DE  
MÉDICOS, FARMACÊUTICOS, DENTISTAS E VETERINÁRIOS DESTINADOS AO  
ESTÁGIO DE ADAPTAÇÃO E SERVIÇO (EAS)**

**FICHA DE CLASSIFICAÇÃO**

**NOME** \_\_\_\_\_

**ANO DE FORMATURA** \_\_\_\_\_ **FACULDADE** \_\_\_\_\_

**ESPECIALIDADE** \_\_\_\_\_

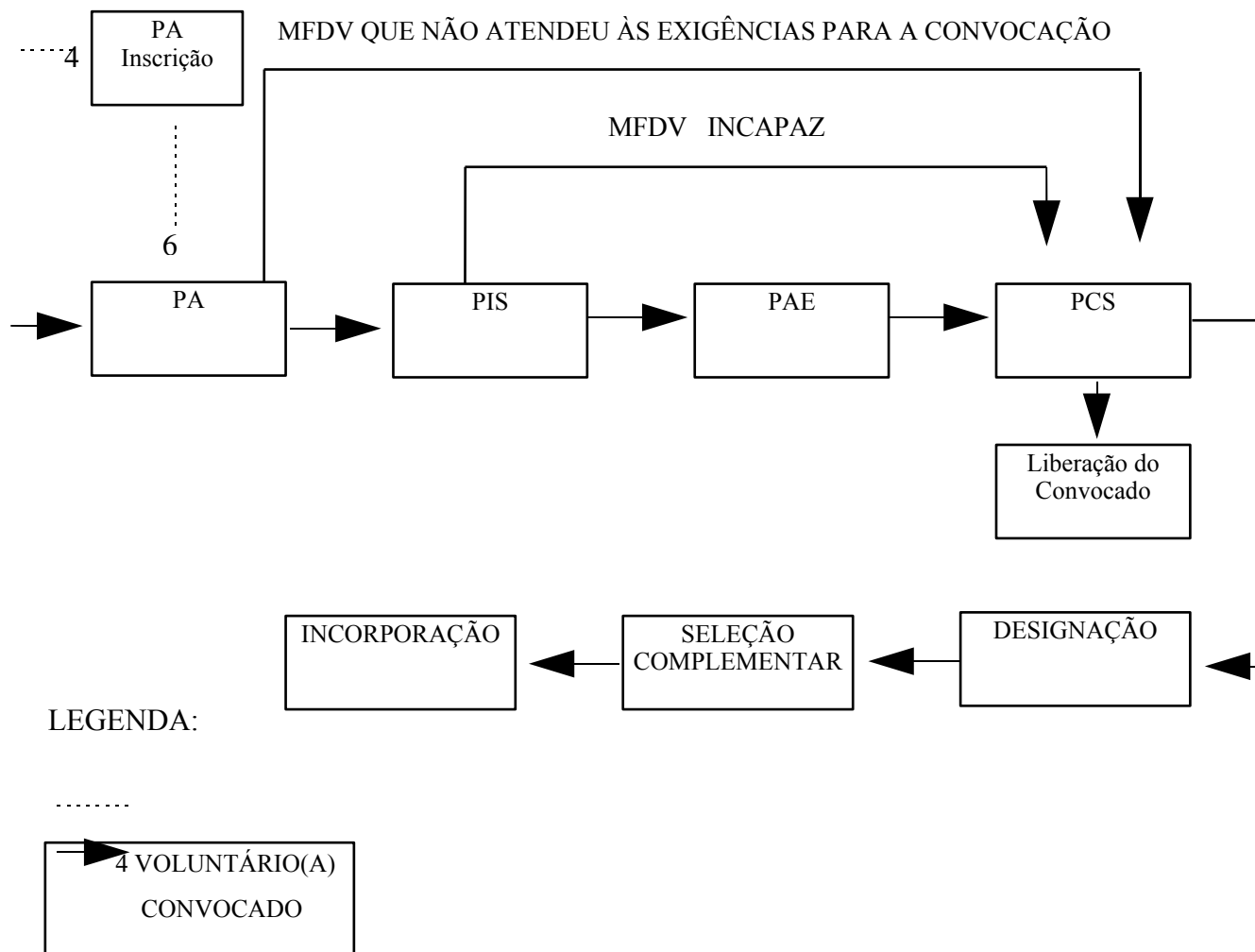
<b>Nº</b>	<b>CRITÉRIO</b>	<b>PONTOS</b>
01	TEMPO DE FORMADO	
02	ESTÁGIOS REALIZADOS	
03	MONITORIA	
04	CURSOS REALIZADOS	
05	APERFEIÇOAMENTO	
06	ESPECIALIZAÇÃO	
07	MESTRADO	
08	DOCTORADO	
09	CURRICULUM ESCOLAR	
10	OUTROS TESTES	

**TOTAL DE PONTOS:**

**CLASSIFICAÇÃO:**

**ANEXO “C” às NORMAS PARA CONVOCAÇÃO, SELEÇÃO E INCORPORAÇÃO DE MÉDICOS, FARMACÊUTICOS, DENTISTAS E VETERINÁRIOS DESTINADOS AO ESTÁGIO DE ADAPTAÇÃO E SERVIÇO (EAS)**

**FLUXOGRAMA DA CSE / MFDV**



**Representações do Exército Brasileiro**

**Os MINISTROS DE ESTADO DO EXÉRCITO E DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL**, no uso das atribuições que lhes foram conferidas pelo art. 87, parágrafo único, inciso II da Constituição,

Considerando o disposto no art. 67 da Lei nº 7.501, de 27 de julho de 1986, com a redação dada pelo art. 13 da Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993;

Considerando as disposições constantes dos art. 16, 17, 20, 21, 22, e 24 do Decreto nº 2.301, de 14 de agosto de 1997;

Considerando a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, e o Regulamento da Organização e do Custeio da Seguridade Social-ROCSS, com a redação dada pelo Decreto nº 2.173, de 5 de março de 1997;

Considerando a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, e o Regulamento dos Benefícios da Previdência Social-RBPS, com a redação dada pelo Decreto nº 2.172, de 5 de março de 1997;

Considerando a Lei nº 9.528, de 10 de dezembro de 1997;

Considerando a necessidade de estabelecer, no âmbito das suas respectivas Pastas, procedimentos administrativos coordenados, objetivando regularizar a situação previdenciária dos brasileiros contratados no exterior pelas Representações do Exército Brasileiro como Auxiliares Locais, na situação prevista no Decreto nº 2.301/97, resolvem:

Art. 1º As Representações do Exército Brasileiro no exterior deverão regularizar junto ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) a situação previdenciária dos Auxiliares Locais de nacionalidade brasileira que, em razão de proibição da legislação local, não possam ser filiados ao sistema previdenciário do país de domicílio.

Parágrafo único. Salvo o disposto no *caput* deste artigo, as relações previdenciárias relativas aos auxiliares locais contratados a partir de 10 de dezembro de 1993, em conformidade com a Lei nº 8.745/93, serão regidas pela legislação vigente no país em que estiver sediada a Representação.

Art. 2º A regularização da situação dos Auxiliares Locais de que trata o art. 1º será efetivada mediante o recolhimento das contribuições relativas ao empregado e ao empregador, em conformidade com o disposto nas Leis nº 8.212/91, 8.745/93 e 9.528/97.

§ 1º As importâncias relativas a competências até 31 de dezembro de 1993 serão tratadas como indenizações, consideradas a partir da data da assinatura do contrato de trabalho ou da efetiva data de entrada em exercício, quando estas não coincidirem, sendo descontadas eventuais contribuições decorrentes de recolhimento prévio efetuado por iniciativa própria.

§ 2º Para apuração dos valores a serem indenizados, serão adotadas as alíquotas a que se referem os art. 20 e 22 da Lei nº 8.212/91 e o salário-de-contribuição vigentes no mês da regularização, observadas as disposições do art. 28, da mesma Lei.

§ 3º Sobre o valor da contribuição apurado na forma do parágrafo anterior serão aplicados juros de mora de um por cento ao mês.

§ 4º Caberá às Representações do Exército Brasileiro no exterior a despesa decorrente da indenização, inclusive a correspondente à contribuição do segurado.

§ 5º As importâncias devidas a partir da competência janeiro de 1994, vencidas ou vincendas, obedecerão aos critérios da Lei nº 8.212/91 e alterações posteriores.

Art. 3º O pedido de regularização será feito pelas Representações do Exército Brasileiro no exterior, por meio de ofício encaminhado ao Núcleo Executivo de Arrecadação e Fiscalização do INSS no Distrito Federal e pelo Departamento-Geral do Pessoal, que intermediará as comunicações do INSS com as Representações do Exército Brasileiro no exterior.

Parágrafo único. O ofício referido no *caput* deste artigo, conterá os seguintes dados, visando, inclusive, ao registro junto ao Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS):

I - nome e número no CGC do órgão contratante;

II - dados pessoais:

a) nome do Auxiliar Local;

b) registro geral, órgão expedidor e data de expedição da carteira de identidade brasileira, número do passaporte ou dados básicos da Certidão de Nascimento (livro, folha, termo e número);

c) número no CPF;

d) número do Título de Eleitor;

e) número no PIS/PASEP (se tiver);

f) data e local de nascimento;

g) nome da mãe;

h) endereço do local de trabalho;

i) endereço residencial.

III - Dados sobre a relação trabalhista:

a) emprego e atividade exercida;

b) cópia do contrato de trabalho ou outro documento que comprove o início da atividade;

c) cópia do comprovante da remuneração percebida na data do ofício de regularização;

d) competência e valor das contribuições anteriores eventualmente recolhidas por empregadores ou pelo empregado, por iniciativa própria, no caso de este já estar inscrito no Regime Geral da Previdência Social (RGPS);

e) período sem recolhimento;

f) documento expedido por autoridade previdenciária local que comprove estar o interessado impedido de filiar-se ao sistema local, para admissões a partir de 10 de dezembro de 1993;

g) termo de opção pelo sistema brasileiro, quando a inscrição no sistema local não for obrigatória e a opção não se incompatibilize com a legislação em vigor no país onde estiver sediada a Representação contratante.

Art. 4º O INSS, de posse dos dados contidos no citado ofício, calculará o montante a ser indenizado (competências até dezembro de 1993) na forma dos § 1º ao 4º do art. 2º desta Portaria, e o valor devido a partir de 1º de janeiro de 1994 na forma do § 5º do art. 2º da referida Portaria, e os informará ao Departamento-Geral do Pessoal.

§ 1º Os documentos comprobatórios dos salários pagos a cada Auxiliar Local e os respectivos recolhimentos à Previdência Social brasileira pelas Representações do Exército Brasileiro no exterior, com a equivalência em outras unidades monetárias, ficarão à disposição da fiscalização do INSS no Estado-Maior do Exército.

§ 2º A folha de pagamento será elaborada em conformidade com o disposto no art. 47 do ROCSS, aprovado pelo Decreto nº 2.173/97, onde constarão a remuneração efetivamente paga, devida ou creditada em moeda do país de origem, e seu valor em real, convertido pela taxa de câmbio do último dia do mês a que se referirem.

§ 3º Quando implantado o documento a que se refere o inciso IV do art. 32 de Lei nº 8.212/91 e estando regularizada a situação dos Auxiliares Locais, objeto desta Portaria, especialmente daqueles cujo ingresso se deu até 31 de dezembro de 1993, esse substituirá o ofício a que se refere o art. 3º e as informações previstas no parágrafo único do art. 5º, desta Portaria.

§ 4º O documento a que se refere o parágrafo anterior será preenchido conforme instruções contidas no Manual respectivo e entregue à rede bancária conveniada na data prevista em regulamento.

Art. 5º As contribuições previdenciárias serão recolhidas ao INSS pelas Representações do Exército Brasileiro no exterior, na qualidade de empregadores, por intermédio do Banco do Brasil, até o dia dois do mês subsequente à sua incidência, ou no primeiro dia útil seguinte quando esse cair em dia sem expediente bancário, em conformidade com o disposto na alínea b do art. 30 da Lei nº 8.212/91.

Parágrafo único. Os valores mensais relativos a cada empregado serão informados ao INSS pelas Representações do Exército no exterior, por intermédio do Departamento-Geral do Pessoal em Brasília.

Art. 6º Os Auxiliares Locais e seus dependentes, desde que regularizadas as situações previstas nesta Portaria, terão direito a todos os benefícios do RGPS, conforme o disposto no art. 18 da Lei nº 8.213/91.

Art. 7º Ao Departamento-Geral do Pessoal caberá instruir as Representações do Exército Brasileiro no exterior para iniciar o processo, visando a regularizar a situação previdenciária dos Auxiliares Locais, bem como a dirimir eventuais dúvidas.

Art. 8º Encerrado o contrato de trabalho com a Representação do Exército Brasileiro no exterior, o relacionamento do Auxiliar Local ou de seus dependentes com o INSS dar-se-á diretamente ou por intermédio de procurador constituído no Brasil.

Parágrafo único. Na hipótese de o Auxiliar Local não constituir procurador no Brasil, o seu relacionamento com a Previdência Social brasileira far-se-á por intermédio do órgão local responsável pela execução do Acordo Internacional de Previdência Social porventura existente ou na forma estabelecida pelo INSS.

Art. 9º O benefício previdenciário junto ao INSS deverá ser solicitado pela apresentação do formulário “DECLARAÇÃO DE TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO”, anexo a esta Portaria, da relação de salários e contribuições e dos demais documentos exigidos pelo INSS, em conformidade com os dispositivos legais pertinentes ou daqueles que vierem a substituí-los.

§ 1º A declaração de que trata o *caput* deste artigo deverá ser fornecida pela Representação do Exército Brasileiro no exterior, em duas vias, das quais a primeira será destinada ao INSS, devendo o segurado passar recibo na segunda via, o que indica concordância quanto ao tempo certificado.

§ 2º O campo “início das contribuições” da declaração de que trata o *caput* deste artigo, somente será preenchido quando a data de admissão do Auxiliar Local for diferente da do início da contribuição, em decorrência de recolhimento anterior.

§ 3º Quando o benefício decorrer de acidente do trabalho, será necessário o preenchimento e encaminhamento da Comunicação de Acidentes de Trabalho (CAT), conforme o disposto no art. 142 do RBPS, com a redação dada pelo Decreto nº 2.172/97.

Art. 10. O disposto nesta Portaria aplica-se, também, aos Auxiliares Locais de nacionalidade brasileira, cujos contratos de trabalho se encontrem rescindidos, no que se refere ao seu período de vigência, excluídos aqueles que tiveram auxílio financeiro para ingresso em previdência local privada, compensação pecuniária no ato do encerramento do seu contrato de trabalho ou que eram filiados ao regime previdenciário local.

Parágrafo único. O Auxiliar Local que tenha, comprovadamente, recebido algumas das importâncias a que se refere o *caput* deste artigo, ainda que em atividade, somente terá regularizado o período para o qual não ocorreu o referido pagamento.

Art. 11. O Departamento-Geral do Pessoal e o INSS expedirão os atos necessários, no âmbito de suas competências, para o cumprimento do disposto nesta Portaria.

Art. 12. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

TIMBRE DO ÓRGÃO OU ENTIDADE EMITENTE

**DECLARAÇÃO DE TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO**

(Ref. art. 13, 14 e 15 da Lei nº 8.745/93)

ÓRGÃO EMITENTE	CÓD
----------------	-----

**DADOS PESSOAIS**

NOME		
RG	ÓRGÃO EXPEDIDOR	DATA DE EXPEDIÇÃO
CPF	TÍTULO DE ELEITOR	PIS PASEP
DATA DE NASCIMENTO	NOME DA MÃE	
ENDEREÇO		

**DADOS FUNCIONAIS**

EMPREGO E ATIVIDADE EXERCIDA		DATA DE ADMISSÃO
INÍCIO DAS CONTRIBUIÇÕES	DATA DE ENCERAMENTO/AFASTAMENTO	

RESPONSÁVEIS PELAS INFORMAÇÕES NOME:  MATRÍCULA:  CARGO:  _____ ASSINATURA E CARIMBO DO SERVIDOR	VISTO DO DIRIGENTE DO ÓRGÃO DE PESSOAL NOME:  MATRÍCULA:  CARGO:  _____ ASSINATURA E CARIMBO
LOCAL E DATA	
OBSERVAÇÕES/OCORRÊNCIAS:	

ESTA DECLARAÇÃO NÃO CONTÉM EMENDAS NEM RASURAS



## DEPARTAMENTO-GERAL DO PESSOAL

**PORTARIA Nº 044, DE 06 DE NOVEMBRO DE 1998**

**Fixa as vagas para os Cursos de Especialização e de Extensão de Oficiais em 1999.**

**O CHEFE DO DEPARTAMENTO-GERAL DO PESSOAL**, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo Decreto Nº 77.919, de 25 de junho de 1976, (Regulamento da Lei do Ensino no Exército) e pela Portaria Nº 081/EME, de 21 de agosto de 1997, ouvido o Estado-Maior do Exército, resolve:

Art. 1º Fixar, conforme o quadro abaixo, as vagas para os Cursos de Especialização e de Extensão de Oficiais a serem realizados em 1999:

DI-RE-ÇÃO	EXE-CU-ÇÃO	CURSOS	ARMAS, QUADRO E SERVIÇOS								EB	OO	TO TAL
			INF	CAV	ART	ENG	COM	QMB	INT	SAU			
CIE	EsIM Ex (1)	BÁSICO DE INTELIGÊNCIA	--	--	--	--	--	--	--	--	13	07	20
		INTERMEDIÁRIO DE INTELIGÊNCIA	--	--	--	--	--	--	--	--	13	07	20
		AVANÇADO DE INTELIGÊNCIA	--	--	--	--	--	--	--	--	13	07	20
CO Ter	CIAv Ex (2)	AVANÇADO DE AVIAÇÃO (3)	--	--	--	--	--	--	--	--	10	02	12
		PILOTO DE AERONAVES (4)	--	--	--	--	--	--	--	--	27	--	27
		PILOTO DE COMBATE (3)	--	--	--	--	--	--	--	--	13	02	15
DEP	CCF Ex	INSTRUTOR DE EDUC FÍSICA (5)	--	--	--	--	--	--	--	--	20	10	30
		MESTRE D'ARMAS	--	--	--	--	--	--	--	--	04	--	04
	Es Com	OFICIAL DE COM	07	04	05	03	--	01	--	--	20	05	25
		EXTENSÃO DE MNT DE COM	--	--	--	--	08	--	--	--	08	02	10
	EsACos AAe	ART DE COSTA E ANTIAÉREA	--	--	10	--	--	--	--	--	10	05	15
	EsMB	MANUTENÇÃO DE MAT BÉLICO	06	04	04	03	02	--	01	--	20	--	20
	EsIE	DEFESA QUÍMICA, BIOLÓGICA E NUCLEAR	02	01	01	01	--	--	--	--	05	02	07
		EQUIPAMENTO DE ENGENHARIA	--	--	--	06	--	--	--	--	06	02	08
		OBSERVADOR AÉREO	02	01	01	--	--	--	--	--	04	02	06
	CEP	PSICOTÉCNICA MILITAR (6)	02	01	02	01	01	01	--	--	08	04	12
		TÉCNICA DE ENSINO (6)	03	02	02	01	01	01	--	--	10	--	10
		COM SOCIAL (6)	03	02	02	01	--	--	--	--	08	02	10
		ANÁLISE DE SIST E PROC ELET DE DADOS	03	02	02	01	01	01	--	--	10	03	13
	Es SEx	ORTODONTIA	--	--	--	--	--	--	--	06	06	01	07
		ENDODONTIA	--	--	--	--	--	--	--	06	06	01	07

DI-RE-ÇÃO	EXE-CUÇÃO	CURSOS		ARMAS, QUADRO E SERVIÇOS							EB		OO	TO TAL
				INF	CAV	ART	ENG	COM	QMB	INT				
CMA	CIGS	OP NA SELVA -CAT “A” (7) (8)		--	--	--	--	--	--	--	--	24	06	30
		OP NA SELVA- CAT “B” (7) (9)		--	--	--	--	--	--	--	--	40	--	40
		OP NA SELVA- CAT “B1		--	--	--	--	--	--	--	--	--	25	--
CML	CI Pqdt	BAS Pqdt	ASP AMAN (11)	--	--	--	--	--	--	--	--	10	--	10
			OF CAR (12)	--	--	--	--	--	--	--	--	40	20	60
		DOMPSA (13)		--	--	--	--	--	--	06	--	06	02	08
		PREC PQDT (13)		--	--	--	--	--	--	--	--	12	04	16
	GPB (10)	MESTRE DE SALTOS (13 (14)		--	--	--	--	--	--	--	--	40	08	48
		AÇÕES DE CMDO-CAT “B”		--	--	--	--	--	--	--	--	15	03	18
	EsEq Ex	INSTRUTOR DE EQUITACÃO		--	06	--	--	--	--	--	--	06	04	10
	11ª BI Mth	AVANÇADO DE MONTANHISMO (15)		--	--	--	--	--	--	--	--	08	02	10
		BÁSICO DE MON-TANHISMO (16)(17)		--	--	--	--	--	--	--	--	24	03	27
STI	CIGE (18)	BÁSICO DE G. ELETR-CAT “B”		--	--	--	--	20	--	--	--	20	04	24
		PLJ EM OP DE G. ELETRÔNICA		--	--	--	--	08	--	--	--	08	04	12

### Observações:

(1) Os cursos realizados na EsIMEx estão regulados pela Port Nº 121/EME-Res, de 19 de julho de 1996 (IRISM-EsIMEx).

(2) Os cursos realizados no CIAvEx estão regulados pela Port Nº 061/EME, de 02 de junho de 1997 (IRISM-CIAvEx).

(3) Vagas destinadas aos oficiais que servem no CIAvEx.

(4) Curso destinado a oficiais de Carreira e Temporários, a funcionar em 02 (dois) turnos: 1º de 15 (quinze) e 2º de 12 (doze) vagas.

(5) Seleção de acordo com a Port Nº 029/DGP, de 19 de maio de 1986.

(6) Cursos destinados a oficiais superiores ou capitães aperfeiçoados com menos de 22 (vinte e dois) anos de serviço, na data da matrícula.

(7) Distribuição pelas Armas, Quadro e Serviços a cargo do CMA. Os cursos serão frequentados somente por oficiais do CMA, podendo as matrículas nos mesmos serem efetivadas independentemente do tempo de serviço em que os militares estejam servindo na área daquele Grande Comando.

(8) Curso destinado a oficiais superiores.

(9) Curso destinado a tenentes e capitães, inclusive aperfeiçoados (Port Nº 020/EME, de 11 de maio de 1981 e Port Nº 005/EME, de 18 de janeiro de 1993).

(10) Os cursos do CI Pqdt GPB serão frequentados somente por oficiais voluntários.

(11) Curso destinado a aspirantes-a-oficial concludentes da AMAN em 1998, classificados na Bda Inf Pqdt.

(12) Curso destinado a oficiais servindo na Gu do Rio de Janeiro.

(13) Cursos destinados a oficiais que servem na Bda Inf Pqdt.

(14) 04 (quatro) turnos de 12 (doze) vagas cada um.

(15) Seleção de acordo com a Port Nº073/EME, de 21 Jul 97, somente para oficiais do 11ºBIMth.

(16) Seleção de acordo com a Port Nº075/EME, de 21 Jul 97.

(17) A funcionar nas OM dos candidatos, mediante proposta do CML (alunos de OO no 11ºBIMth).

(18) Os cursos realizados no CIGE estão regulados pela Port Nº167/EME-Res, de 25 de setembro de 1996 (IRISM-CIGE).

Art. 2º Estabelecer que:

1. As vagas previstas nos diversos cursos, com exceção dos conduzidos pela EsIMEx e CIGE sejam ocupadas, em sua totalidade, por oficiais voluntários.

2. Os oficiais matriculados nos cursos de Especialização ou de Extensão, tenham condições de aplicar os conhecimentos adquiridos, após a conclusão dos mesmos.

3. Os Órgãos responsáveis pela direção dos cursos, remetam ao DGP, a relação dos alunos efetivamente matriculados, especificando Posto, Arma, Quadro ou Serviço, bem como ao seu término, a relação dos concludentes.

4. As condições para o recrutamento e a seleção dos oficiais para os Cursos de Especialização e de Extensão estão reguladas pela Port Nº046/DEP, de 28 de novembro de 1984, (IR 60-18 IRISM-CEEO) e pela legislação citada nesta Portaria.

Art. 3º Determinar que esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogar a Port Nº025/DGP, de 14 de julho de 1998.

**Fixa as Vagas para os Cursos de Especialização e de Extensão de Sargentos em 1999.**

**O CHEFE DO DEPARTAMENTO-GERAL DO PESSOAL**, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo Decreto Nº 77.919, de 25 de junho de 1976, e suas modificações (Regulamento da Lei do Ensino no Exército) e pela Portaria Nº 081-EME, de 21 de agosto de 1997, ouvido o Estado-Maior do Exército, resolve:

Art. 1º Fixar, conforme o quadro que se segue, as vagas para os Cursos de Especialização e de Extensão de Sargentos a serem realizados em 1999:

DI-RE-ÇÃO	EXE-CU-ÇÃO	CURSOS	DISTRIBUIÇÃO DAS VAGAS DO EB							VAGAS		TO
			CMA	CML	CMNE	CMO	CMP	CMS	CMSE	EB	OO	
CIE	EsIMEx	BÁSICO DE INTELIGÊNCIA (1)	--	--	--	--	--	--	--	32	04	36
CO-Ter	CIAv Ex (2)	COMBATE A INCÊNDIO, RESGATE E PREVENÇÃO DE ACIDENTES DE Av Ex	--	--	--	--	--	--	--	08	--	08
		MECÂNICO DE AVIÔNICOS	--	--	--	--	--	--	--	10	--	10
		TRANSPORTE AÉREO, SUPRIMENTO E SERVIÇO ESPECIAL DE AvEx(3)	--	--	--	--	--	--	--	10	--	10
		MECÂNICO DE AERONAVES (3)	--	--	--	--	--	--	--	25	--	25
		INFORMAÇÕES AERO-NÁUTICAS	--	--	--	--	--	--	--	05	--	05
		MECÂNICO DE ARMT DE AERONAVES	--	--	--	--	--	--	--	05	--	05
DEP	EsA-Cos-AAe	ARTILHARIA DE COSTA E ANTIAÉREA	01	02	01	--	01	02	01	08	04	12
		OPERADOR DE RADAR E DIREÇÃO DE TIRO	01	02	01	01	01	01	--	07	--	07
	CEP	PSICOTÉCNICA MILITAR	01	02	01	01	01	03	01	10	--	10
		AUXILIAR DE ENSINO	01	02	01	01	01	01	01	08	03	11
		COMUNICAÇÃO SOCIAL	01	02	01	01	01	03	01	10	03	13
	EsIE	SUPRIMENTO DE ÁGUA	01	02	01	--	--	01	--	05	--	05
		ADMINISTRAÇÃO DE DEPÓSITO	01	02	01	01	01	03	01	10	--	10
		IDENTIFICAÇÃO DATILOSCÓPICA (4)	01	03	01	01	01	02	01	10	04	14
		EQUIPAMENTO DE ENGENHARIA	03	04	03	01	03	04	02	20	--	20
	CCFEx	MONITOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA	03	04	03	01	02	05	02	20	10	30
	EsMB	MECÂNICA DE INSTRUMENTOS	01	04	01	01	01	03	01	12	--	12
		MECÂNICA DE VIATURA BLINDADA	01	--	02	01	01	03	02	10	--	10
	EsCom	AVANÇADO DE RÁDIO	02	04	02	01	01	03	01	14	03	17
		OPERADOR DE EQUIPAMENTOS AUDIOVISUAIS	01	01	01	--	--	01	--	04	02	06

DI-RE-ÇÃO	EXE-CU-ÇÃO	CURSOS	DISTRIBUIÇÃO DAS VAGAS DO EB							VAGAS		TO
			CMA	CML	CMNE	CMO	CMP	CMS	CMSE	EB	OO	
DEP	EsCom	ELETRICIDADE AVANÇADA	01	02	01	01	01	01	01	08	03	11
		AUXILIAR DE INFORMÁTICA (5)	02	02	02	01	01	03	01	12	--	12
		MANUTENÇÃO DE MICROCOMPUTADORES E PERIFÉRICOS	01	02	01	01	01	03	01	10	02	12
		AVANÇADO DE COMUTAÇÃO	01	02	01	--	01	01	--	06	02	08
	EsSEx	OPERADOR DE RAO "X"	01	02	01	01	01	03	01	10	--	10
		TÉCNICA DE PRÓTESE	01	01	01	--	--	02	--	05	01	06
		AUXILIAR DE INSPEÇÃO DE ALIMENTOS	01	02	01	01	01	01	01	08	--	08
		AUXILIAR DE ANESTESIA E GASOTERAPIA	01	02	01	01	01	03	01	10	--	10
CMA	CIGS	OPERAÇÕES NA SELVA-CAT "C" (6)	60	--	--	--	--	--	--	60	--	60
		OPERAÇÕES NA SELVA-CAT "C1"	--	--	--	--	--	--	--	--	25	25
	CEC MA	NAVEGAÇÃO FLUVIAL (6)	20	--	--	--	--	--	--	18	02	20
CML	EsEqEx	MONITOR DE EQUITACÃO	--	02	--	01	01	01	01	06	04	10
	1º BLog	MECÂNICA DE VIATURA BLINDADA	02	06	02	--	--	--	--	10	--	10
	CI Pqdt GPB (7)	OPERAÇÕES DE COMANDOS	--	--	--	--	--	--	--	20	03	23
		BÁSICO PQDT (SGT-CARREIRA) (8)	--	--	--	--	--	--	--	40	20	60
		BÁSICO PQDT (CONCL- CFS/98)	--	--	--	--	--	--	--	50	--	50
		PRECURSOR PQDT (9)	--	12	--	--	--	--	--	12	04	16
		MESTRE DE SALTO (9) (10)	--	40	--	--	--	--	--	40	08	48
		DOMPSA (9)	--	06	--	--	--	--	--	06	02	08
	1º BPE	INVESTIGAÇÃO POLICIAL	--	14	--	--	--	--	--	14	02	16
		PERÍCIA CRIMINAL (13)	--	10	--	--	--	--	--	10	02	12
		POLÍCIA DO EXÉRCITO	--	16	--	--	--	--	--	16	--	16
	11º BIMth	BÁSICO DE MONTANHISMO (11)	--	--	--	--	--	--	--	24	06	30
		AVANÇADO DE MONTANHISMO (14)	--	--	--	--	--	--	--	08	02	10
CMNE	4º BPE	POLÍCIA DO EXÉRCITO (15)	--	--	10	--	--	--	--	10	--	10
CMP	BPEB	PERÍCIA CRIMINAL (16)	--	--	--	--	15	--	--	15	--	15
		POLÍCIA DO EXÉRCITO	--	--	--	--	30	--	--	30	--	30
STI	CIGE (7) (12)	BÁSICO DE GUERRA ELETRÔNICA - CAT "C"	--	--	--	--	--	--	--	20	06	26
		MONITORAÇÃO DE GUERRA ELETR (17)	--	--	--	--	--	--	--	11	04	15
CMS	3º BPE	PERÍCIA CRIMINAL (18)	--	--	--	--	--	15	--	15	--	15
CMSE	2º BPE	INVESTIGAÇÃO POLICIAL	--	--	--	--	--	--	15	15	--	15
		PERÍCIA CRIMINAL (19)	--	--	--	--	--	--	15	15	--	15

## Observações:

(1) Seleção de acordo com a Port N<sup>o</sup>121/EME-Res, de 19 Jul 96.(IRISM-EsIMEx). 1<sup>o</sup> turno 16 (dezesseis) vagas EB e 04 (quatro) vagas OO; 2<sup>o</sup>turno 16 (dezesseis) vagas EB.

(2) Os cursos realizados no CIAvEx estão regulados pela Port N<sup>o</sup>061/EME, de 02 de junho de 1997 (IRISM-CIAvEx).

(3) Curso realizado com Sargentos da Guarnição de Taubaté-SP.

(4) 02 (dois) turnos de 07 (sete) vagas cada um.

(5) Seleção de acordo com a Port N<sup>o</sup>041/DEP, de 04 Ago 87, alterada pela Port N<sup>o</sup>030/DEP, de 18 Jul 89. Dois turnos de 06 (seis) vagas cada um.

(6) Os cursos serão freqüentados somente por sargentos do CMA, podendo a matrícula nos mesmos ser efetivada independentemente do tempo de serviço naquele C Mil A.

(7) Cursos realizados somente por Sargentos voluntários.

(8) Destinado a Sargentos servindo na Gu do Rio de Janeiro.

(9) Cursos exclusivos para militares da Bda Inf Pqdt.

(10) 04 (quatro) turnos de 12 (doze) vagas cada um.

(11) Dois turnos de 15 (quinze) vagas cada um.

(12) Os cursos realizados no CIGE estão regulados pela Port N<sup>o</sup>167/EME-Res, de 25 de setembro de 1996 (IRISM-CIGE).

(13) 10 (dez) vagas para militares do 1<sup>o</sup>BPE.

(14) Somente para Sargentos servindo no 11<sup>o</sup>BIMth.

(15) 10 (dez) vagas para a Gu de Recife.

(16) 13 (treze) vagas para a Gu de Brasília.

(17) Destinado a Sargentos servindo no CIGE.

(18) Vagas para a Gu de Porto Alegre.

(19) 12 (doze) vagas para a Gu de São Paulo.

Art. 2<sup>o</sup> Estabelecer que:

1.Os Sargentos matriculados nos cursos de Especialização ou de Extensão, tenham condições de aplicar os conhecimentos adquiridos, após a conclusão dos mesmos.

2. Os Órgãos responsáveis pela direção dos cursos, remetam ao DGP, a relação dos alunos efetivamente matriculados, especificando graduação e QMS, bem como, ao seu término, a relação dos concludentes.

3. As condições de recrutamento e a seleção dos sargentos para os Cursos de Especialização e Extensão estão reguladas pela Port N<sup>o</sup>047/DEP, de 28 de novembro de 1984, (IR 60-19 IRISM/CEES)e por legislação específica citada nesta Portaria.

Art. 3<sup>o</sup> Determinar que esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação.

Art. 4<sup>o</sup> Revogar a Port N<sup>o</sup>026/DGP, de 19 de julho de 1998.

**PORTARIA Nº 046, DE 06 DE NOVEMBRO DE 1998**

**Fixa vagas para o 1º ano do Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais e para o Curso de Preparação ao Curso de Aperfeiçoamento Militar para Oficiais Médicos, em 1999.**

**O CHEFE DO DEPARTAMENTO-GERAL DO PESSOAL**, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo Decreto Nº 77.919, de 25 de junho de 1976, e suas modificações (Regulamento da Lei do Ensino no Exército), pelas Portarias Nº 081-EME, de 21 de agosto de 1997 e 104 - EME, de 20 de outubro de 1998, ouvido o Estado-Maior do Exército, resolve:

Art. 1º Fixar as vagas para o 1º ano do Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais, a ser ministrado pela EsAO, sob a modalidade de Ensino à Distância, em 1999, com os seguintes efetivos:

EFETIVO DO CAO 1ºANO EM 1999 E 2ºANO EM 2000					
DIRE ÇÃO	EXECU ÇÃO	C U R S O S	VAGAS		
			EB	OO	TOTAL
DEP	EsAO	INFANTARIA	165	02	167
		CAVALARIA	55	-	55
		ARTILHARIA	85	02	87
		ENGENHARIA	41	02	43
		INTENDÊNCIA	55	-	55
		COMUNICAÇÕES	32	1	33
		MATERIAL BÉLICO	17	-	17
TOTAL			450 (1)	07 (2)	457

Observações:

(1) Estão incluídos os Oficiais que já concluíram o CPrep e não foram matriculados no CAO/99.

(2) Vagas destinadas à Marinha do Brasil.

Art.2º Fixar as vagas para o Curso de Aperfeiçoamento Militar para Oficiais Médicos, a ser ministrado pela EsAO, sob forma a modalidade de Ensino à Distância, em 1999, com o seguinte efetivo:

<b>EFETIVO DO C PREP AO CAM PARA OFICIAIS MÉDICOS</b>				
<b>DIREÇÃO</b>	<b>EXECUÇÃO</b>	<b>QO/SAU-MÉDICOS</b>	<b>EB</b>	<b>TOTAL</b>
DEP	EsAO	SAÚDE - MÉDICOS	94	<b>94</b>

Art.3º Determinar que a presente Portaria entre em vigor na data de sua publicação.

## **SECRETARIA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA**

**PORTARIA Nº 055, DE 17 DE SETEMBRO DE 1998**

### **VTNE 1 1/2T 4X4 (VOP 2) - UNIMOG U 1300 L**

**O SECRETÁRIO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA**, no uso das atribuições que lhe confere o nº 10) do Art 8º do Capítulo VII do Regulamento da Secretaria de Ciência e Tecnologia do Ministério do Exército (R-55), aprovado pelo Decreto nº 91631, de 06 de setembro de 1985, e de conformidade com o nº 12) do Art 7º do Capítulo VII das IG 20-11 - Instruções Gerais para o Funcionamento do Sistema de Ciência e Tecnologia do Exército, aprovadas pela Portaria Ministerial nº 270, de 13 de junho de 1994,

**RESOLVE:**

Homologar o RELATÓRIO TÉCNICO OPERACIONAL Nº 078, relativo à Avaliação Operacional na qual o protótipo **VTNE 4X4 1 1/2T (VOP 2) - UNIMOG U 1300 L**, fabricado pela MERCEDES BENZ Ag (Alemã), foi considerado **NÃO CONFORME**.

**PORTARIA Nº 059, DE 09 DE NOVEMBRO DE 1998.**

### **CARTUCHO PLÁSTICO CALIBRE 12 COM 03 PROJÉTEIS DE BORRACHA - MODELO AM-403/A**

**O SECRETÁRIO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA**, no uso das atribuições que lhe confere o nº 10) do Art 8º do Capítulo VII do Regulamento da Secretaria de Ciência e Tecnologia do Ministério do Exército (R-55), aprovado pelo Decreto nº 91631, de 06 de setembro de 1985, e de conformidade com o nº 12) do Art 7º do Capítulo VII das IG 20-11 - Instruções Gerais para o Funcionamento do Sistema de Ciência e Tecnologia do Exército, aprovadas pela Portaria Ministerial nº 270, de 13 de junho de 1994,

**RESOLVE:**

Homologar o RELATÓRIO TÉCNICO EXPERIMENTAL Nº 1633/98, relativo à Avaliação Técnica na qual o protótipo do **CARTUCHO PLÁSTICO CALIBRE 12 COM 03 PROJÉTEIS DE BORRACHA - MODELO AM-403/A**, produzido pela CONDOR S/A - INDÚSTRIA QUÍMICA, foi considerado **APROVADO**.

**PORTARIA Nº 060, DE 09 DE NOVEMBRO DE 1998.**

### **CARTUCHO CALIBRE 38.1 MM COM 03 PROJÉTEIS DE BORRACHA - MODELO AM-404**

**O SECRETÁRIO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA**, no uso das atribuições que lhe confere o nº 10) do Art 8º do Capítulo VII do Regulamento da Secretaria de Ciência e Tecnologia do Ministério do Exército (R-55), aprovado pelo Decreto nº 91631, de 06 de setembro de 1985, e de conformidade com o nº 12) do Art 7º do Capítulo VII das IG 20-11 - Instruções Gerais para o Funcionamento do Sistema de Ciência e Tecnologia do Exército, aprovadas pela Portaria Ministerial nº 270, de 13 de junho de 1994,

**RESOLVE:**

Homologar o RELATÓRIO TÉCNICO EXPERIMENTAL Nº 1634/98, relativo à Avaliação Técnica na qual o protótipo do **CARTUCHO CALIBRE 38.1 MM COM 03 PROJÉTEIS**



DE BORRACHA - MODELO AM-404, produzido pela CONDOR S/A - INDÚSTRIA QUÍMICA, foi considerado **APROVADO**.

**PORTARIA Nº 061, DE 10 DE NOVEMBRO DE 1998.**

**COLETE À PROVA DE BALAS, NÍVEL II (DYNEEMA UD-75/28 CAMADAS)**

**O SECRETÁRIO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA**, no uso das atribuições que lhe confere o nº 10) do Art 8º do Capítulo VII do Regulamento da Secretaria de Ciência e Tecnologia do Ministério do Exército (R-55), aprovado pelo Decreto nº 91631, de 06 de setembro de 1985, e de conformidade com o nº 12) do Art 7º do Capítulo VII das IG 20-11 - Instruções Gerais para o Funcionamento do Sistema de Ciência e Tecnologia do Exército, aprovadas pela Portaria Ministerial nº 270, de 13 de junho de 1994,

**RESOLVE:**

Homologar o RELATÓRIO TÉCNICO EXPERIMENTAL Nº 1639/98, relativo à Avaliação Técnica na qual o protótipo do **COLETE À PROVA DE BALAS, NÍVEL II (DYNEEMA UD-75/28 CAMADAS)**, produzido pela GLÁGIO DO BRASIL LTDA, foi considerado **APROVADO**.

**PORTARIA Nº 062, DE 10 DE NOVEMBRO DE 1998.**

**PISTOLA SEMI-AUTOMÁTICA CALIBRE 9MM PARABELLUM MOD PT-111 (OXIDADA)**

**O SECRETÁRIO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA**, no uso das atribuições que lhe confere o nº 10) do Art 8º do Capítulo VII do Regulamento da Secretaria de Ciência e Tecnologia do Ministério do Exército (R-55), aprovado pelo Decreto nº 91631, de 06 de setembro de 1985, e de conformidade com o nº 12) do Art 7º do Capítulo VII das IG 20-11 - Instruções Gerais para o Funcionamento do Sistema de Ciência e Tecnologia do Exército, aprovadas pela Portaria Ministerial nº 270, de 13 de junho de 1994,

**RESOLVE:**

Homologar o RELATÓRIO TÉCNICO EXPERIMENTAL Nº 1635/98, relativo à Avaliação Técnica na qual o protótipo da **PISTOLA SEMI-AUTOMÁTICA CALIBRE 9MM PARABELLUM MOD PT-111 (OXIDADA)**, produzido pela FORJAS TAURUS S.A., foi considerado **APROVADO**.

**PORTARIA Nº 063, DE 25 DE NOVEMBRO DE 1998.**

**REFORÇO DE BLINDAGEM OPACA PARA VEÍCULOS ESPECIAIS (CARRO-FORTE)**

**O SECRETÁRIO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA**, no uso das atribuições que lhe confere o nº 10) do Art 8º do Capítulo VII do Regulamento da Secretaria de Ciência e Tecnologia do Ministério do Exército (R-55), aprovado pelo Decreto nº 91631, de 06 de setembro de 1985, e de conformidade com o nº 12) do Art 7º do Capítulo VII das IG 20-11 - Instruções Gerais para o Funcionamento do Sistema de Ciência e Tecnologia do Exército, aprovadas pela Portaria Ministerial nº 270, de 13 de junho de 1994,

**RESOLVE:**

Homologar o RELATÓRIO TÉCNICO EXPERIMENTAL Nº 1640, relativo à Avaliação Técnica na qual o protótipo de **REFORÇO DE BLINDAGEM OPACA PARA VEÍCULOS ESPECIAIS (CARRO-FORTE)**, produzido pela REBLINFORT - Blindagem de Veículos LTDA, foi considerado **APROVADO**.

**PORTARIA Nº 064, DE 27 DE NOVEMBRO DE 1998.**

**GRANADA EXPLOSIVAS DE EFEITO MORAL – MOD GL 304**

**O SECRETÁRIO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA**, no uso das atribuições que lhe confere o nº 10) do Art 8º do Capítulo VII do Regulamento da Secretaria de Ciência e Tecnologia do Ministério do Exército (R-55), aprovado pelo Decreto nº 91631, de 06 de setembro de 1985, e de conformidade com o nº 12) do Art 7º do Capítulo VII das IG 20-11 - Instruções Gerais para o Funcionamento do Sistema de Ciência e Tecnologia do Exército, aprovadas pela Portaria Ministerial nº 270, de 13 de junho de 1994,

**RESOLVE:**

Homologar o RELATÓRIO TÉCNICO EXPERIMENTAL Nº 1637, relativo à Avaliação Técnica na qual o protótipo de **GRANADA EXPLOSIVA DE EFEITO MORAL – MOD GL 304**, produzido pela CONDOR S/A Indústria Química, foi considerado **APROVADO**.

**PORTARIA Nº 065, DE 01 DE DEZEMBRO DE 1998.**

**COZINHA DE CAMPANHA MÓVEL, MODELO KMF 2/96 – KARCHER**

**O SECRETÁRIO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA**, no uso das atribuições que lhe confere o nº 10) do Art 8º do Capítulo VII do Regulamento da Secretaria de Ciência e Tecnologia do Ministério do Exército (R-55), aprovado pelo Decreto nº 91631, de 06 de setembro de 1985, e de conformidade com o nº 12) do Art 7º do Capítulo VII das IG 20-11 - Instruções Gerais para o Funcionamento do Sistema de Ciência e Tecnologia do Exército, aprovadas pela Portaria Ministerial nº 270, de 13 de junho de 1994,

**RESOLVE:**

Homologar o RELATÓRIO TÉCNICO EXPERIMENTAL Nº 079, relativo à Avaliação Técnica na qual o protótipo de **COZINHA DE CAMPANHA MÓVEL MODELO KMF 2/96 – KARCHER**, produzido pela KARCHER/OS – PROGRESS – WERK OBERKIRCH AG, representada no Brasil pela VECTRA DEFENCE LTDA foi considerado “**NÃO CONFORME**”.

### 3ª PARTE

#### ATOS DE PESSOAL

#### PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

#### DECRETO S/Nº, DE 25 DE NOVEMBRO DE 1998

##### **Exoneração e Nomeação**

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso XIII, da Constituição, de acordo com o art. 2º do Decreto nº 2.844, de 16 de novembro de 1998, e por necessidade do serviço, “ex-officio”, resolve:

##### **1 - EXONERAR**

- o General-de-Exército **HORACIO RAPOSO BORGES NETO** do cargo de Vice-Chefe do Departamento de Material Bélico; e

- o General-de-Brigada Combatente **HERALDO COVAS PEREIRA** do cargo de Comandante da 4ª Brigada de Infantaria Motorizada.

##### **2 - NOMEAR**

- o General-de-Exército **EXPEDITO HERMES REGO MIRANDA** para o cargo de Chefe do Departamento de Ensino e Pesquisa;

- o General-de-Divisão Combatente **GILBERTO BARBOSA DE FIGUEIREDO** para o cargo de Vice-Chefe do Departamento de Material Bélico;

- o General-de-Divisão Combatente **MANOEL INDIANO DA FONSECA** para o cargo de Subsecretário de Tecnologia da Informação, sendo, em consequência, exonerado do cargo de Diretor de Material de Comunicações, Eletrônica e Informática;

- o General-de-Brigada Combatente **DOMINGOS CARLOS DE CAMPOS CURADO** para o cargo de Comandante da Academia Militar das Agulhas Negras, sendo, em consequência, exonerado do cargo de Diretor de Promoções;

- o General-de-Brigada Combatente **JOSÉ MAURO MOREIRA CUPERTINO** para o cargo de Comandante do Grupamento de Unidades Escola/9ª Brigada de Infantaria Motorizada, sendo, em consequência, exonerado do cargo de Comandante da Academia Militar das Agulhas Negras;

- o General-de-Brigada Combatente **PAULO JOSÉ ABREU DE ANDRADE** para o cargo de Comandante da 18ª Brigada de Infantaria de Fronteira, sendo, em consequência, exonerado do cargo de Diretor de Inativos e Pensionistas;

- o General-de-Brigada Combatente **EDSON DE OLIVEIRA GOULARTE** para o cargo de Diretor de Inativos e Pensionistas, sendo, em consequência, exonerado do cargo de Comandante da 14ª Brigada de Infantaria Motorizada;

- o General-de-Brigada Combatente **GERALDO PEREIRA ROCHA** para o cargo de Diretor de Material de Engenharia, tornando sem efeito no Decreto de 31 de julho de 1998, publicado no Diário Oficial da União de 03 de agosto de 1998, a parte relativa a sua nomeação para o cargo de Diretor do Pessoal Civil;

- o General-de-Brigada Combatente **ALOISIO RODRIGUES DOS SANTOS** para o cargo de Diretor de Assistência Social, sendo, em consequência, exonerado do cargo de Comandante da Artilharia Divisionária da 5ª Divisão de Exército;

- o General-de-Brigada Combatente **LUIZ CESARIO DA SILVEIRA FILHO** para o cargo de Chefe do Centro de Comunicação Social do Exército, sendo, em consequência, exonerado do cargo de Comandante da 1ª Brigada de Cavalaria Mecanizada;

- o General-de-Brigada Combatente **PAULO CESAR DE CASTRO** para o cargo de Diretor de Promoções, sendo, em consequência, exonerado do cargo de Diretor de Ensino Preparatório e Assistencial;

- o General-de-Brigada Combatente **DARKE NUNES DE FIGUEIREDO** para o cargo de Comandante da 14ª Brigada de Infantaria Motorizada, sendo, em consequência, exonerado do cargo de Diretor de Assistência Social;

- o General-de-Brigada Combatente **MARIO DE OLIVEIRA SEIXAS** para o cargo de Diretor de Material de Comunicações, Eletrônica e Informática, sendo, em consequência, exonerado do cargo de Diretor de Material de Engenharia;

- o General-de-Brigada Combatente **UBIRATAN PEREIRA PILLAR** para o cargo de Comandante da 8ª Brigada de Infantaria Motorizada;

- o General-de-Brigada Combatente **FERNANDO SERGIO GALVÃO** para o cargo de Comandante da 1ª Brigada de Cavalaria Mecanizada;

- o General-de-Brigada Combatente **CARLOS ROBERTO REIS DE MORAES** para o cargo de Comandante da 4ª Brigada de Infantaria Motorizada;

- o General-de-Brigada Combatente **FLAVIO CESAR TERRA DE FARIA** para o cargo de Diretor de Ensino Preparatório e Assistencial;

- o General-de-Brigada Combatente **JULIO LIMA VERDE CAMPOS DE OLIVEIRA** para o cargo de Comandante da 1ª Brigada de Infantaria de Selva;

- o General-de-Brigada Engenheiro Militar **IBERE MARIANO DA SILVA** para o cargo de Diretor do Instituto de Projetos Especiais; e

- o General-de-Brigada Intendente **REMY GRAETER** para o cargo de Diretor de Transportes

(DOU Nº 227, DE 26 DE NOVEMBRO DE 1998)

## **DECRETO S/Nº, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1998**

### **Exoneração - Nomeação**

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, no uso das atribuições que lhe confere o art 84, inciso XIII, da constituição, de acordo com o art 2º do Decreto nº 2.844, de 16 de novembro de 1998, e por necessidade do serviço, “ex-officio”, resolve:

#### **1 - EXONERAR**

- o General-de-Brigada Combatente **JOSÉ BATISTA DE QUEIROZ** do cargo de Diretor de Cadastro e Avaliação;

- o General-de-Brigada Combatente **ADALBERTO BUENO DA CRUZ** do cargo de Comandante da 12ª Região Militar.

#### **2 - NOMEAR**

- o General-de-Divisão Combatente **PLINIO ABREU COELHO** para o cargo de Diretor de Cadastro e Avaliação;

- o General-de-Brigada Combatente ROBERTO LUIZ CALHEIROS DE CERQUEIRA para o cargo de Subchefe do Estado-Maior do Exército; e
- o General-de-Brigada Combatente ARY SILVIO TOMAZ NUNES para o cargo de Comandante da 12ª Região Militar, sendo, em consequência, exonerado do cargo de Subchefe do Estado-Maior do Exército.

(DOU nº 235, de 8 de dezembro de 1998)

## MINISTRO DO EXÉRCITO

PORTARIA Nº 752, DE 04 DE DEZEMBRO DE 1998

### **Exoneração e Nomeação**

**O MINISTRO DE ESTADO DO EXÉRCITO**, no uso da delegação de competência que lhe é conferida pelo inciso VIII do art. 1º do Decreto nº 2.790, de 29 de setembro de 1998, resolve:

**E X O N E R A R** os ST/SGT, dos cargos de Auxiliar do Adido Militar junto às Embaixadas do Brasil, comose segue:

- 2º Ten QAO CARLOS VILMAR DA SILVA, Aux ADIEX PARAGUAI, a contar de 18 de julho de 1999;
- 1º Sgt Art JORGE LUIZ MADEIRA NUNES, Aux ADINAEX GUIANA, a contar de 21 de julho de 1999;
- ST QMB EGON LEONHARDT, Aux ADIEXAER ALEMANHA, a contar de 26 de julho de 1999;
- 1º Sgt Cav WALDIR RICHTER MEDEIROS, Aux ADIFA ISRAEL, a contar de 29 de julho de 1999;
- ST Eng PAULO ROBERTO DOS SANTOS, Aux ADIFA MÉXICO, a contar de 28 de agosto de 1999;
- 2º Ten QAO AIUDE VITAL, Aux ADIEX EUA, a contar de 27 de outubro de 1999;
- 2º Ten QAO ADEMAR DE ARAUJO PAZZINI, Aux ADINAEX EQUADOR, a contar de 20 de novembro de 1999;
- 1º Sgt Sau JOVANIR MORARI, Aux ADIEX FRANÇA, a contar de 25 de dezembro de 1999;
- 1º Sgt Art JOSÉ ANTONIO RODRIGUES MOREIRA, Aux ADIEX PERU, a contar de 27 de dezembro de 1999;

### **N O M E A R**

os ST/SGT, para os cargos de Auxiliar do Adido Militar junto às Embaixadas do Brasil, pelo prazo de dois anos, como se segue:

- ST Cav AZARIAS DE LIMA GONÇALVES, para exercer o cargo de AUX ADIEX PARAGUAI;
- 1º Sgt Cav PAULO SERGIO RAMOS CEZAR, para exercer o cargo de AUX ADINAEX GUIANA;
- ST Inf INGOMAR NITZKE, para exercer o cargo de AUX ADIEXAER ALEMANHA;
- 1º Sgt Inf MILTON GREGÓRIO MAIA DA SILVA, para exercer o cargo de AUX ADIFA ISRAEL;
- 1º Sgt Eng HELVECIO JOSÉ PINHEIRO, para exercer o cargo de AUX ADIFA MÉXICO;

- 1º Sgt Cav JOSEMAR DA SILVA FIORIN, para exercer o cargo de AUX ADIEX EUA;
- 1º Sgt Cav SEVERO VERAS GONÇALVES, para exercer o cargo de AUX ADINAEX EQUADOR;
- 1º Sgt Art SADITOLFO, para exercer o cargo de AUX ADIEX FRANÇA;
- 1º Sgt Sau PAULO CEZAR DE LIMA PIRES, para o cargo de AUX ADIEX PERU.

Trata-se de missões permanentes no exterior, de natureza diplomática, definidas pelo art. 4º da Lei nº 5.809, de 10 de outubro de 1972, regulamentadas pelo Decreto nº 71.733, de 18 de janeiro de 1973, combinado com os Decretos nº 72.021, de 28 de março de 1973, 91.256, de 20 de maio de 1985, 20.016, de 10 de outubro de 1996, 1.299, de 31 de outubro de 1994, 2.098, de 18 de dezembro de 1996 e 2.583, de 12 de maio de 1998, permitindo que os militares se façam acompanhar de seus dependentes.

#### **PORTARIA Nº 753, DE 04 DE DEZEMBRO DE 1998**

##### **Exoneração e Nomeação**

**O MINISTRO DE ESTADO DO EXÉRCITO**, no uso da delegação de competência que lhe é conferida pelo inciso VIII do art. 1º do Decreto nº 2.790, de 29 de setembro de 1998, resolve:

**E X O N E R A R** os Coronéis, dos cargos de Adido Militar junto às Embaixadas do Brasil, como se segue:

- Cel Inf ANTONIO CARLOS DA COSTA PORTELA, do cargo de ADIEX/ITÁLIA, a contar de 22 de setembro de 1999;
- Cel Com ORLANDO VIEIRA DE ALMEIDA, do cargo de ADIEX/PERU, a contar de 29 de novembro de 1999;
- Cel Cav JOSÉ CALASANS DE CARVALHO, do cargo de ADIEX/URUGUAI, a contar de 24 de dezembro de 1999;

**N O M E A R** os coronéis, para os cargos de Adido Militar junto às Embaixadas do Brasil, pelo prazo de dois anos, como se segue:

- Cel Art HÉLIO CHAGAS DE MACEDO JUNIOR, para exercer o cargo de ADIEX/ITÁLIA;
- Cel Art JOSÉ MARIO FACIOLI, para exercer o cargo de ADIEX/PERU;
- Cel Inf CARLOS ROBERTO TERRA AMARAL, para exercer o cargo de ADIEX/URUGUAI;

Trata-se de missões permanentes no exterior, de natureza diplomática, definidas pelo art. 4º da Lei nº 5.809, de 10 de outubro de 1972, regulamentadas pelo Decreto nº 71.733, de 18 de janeiro de 1973, combinado com os Decretos nº 72.021, de 28 de março de 1973, 91.256, de 20 de maio de 1985, 20.016, de 10 de outubro de 1996, 1.299, de 31 de outubro de 1994, 2.098, de 18 de dezembro de 1996 e 2.583, de 12 de maio de 1998, permitindo que os militares se façam acompanhar de seus dependentes.

#### **PORTARIA Nº 754, DE 04 DE DEZEMBRO DE 1998**

##### **Exoneração e Nomeação**

**O MINISTRO DE ESTADO DO EXÉRCITO**, no uso da delegação de competência que lhe é conferida pelo inciso VIII do art. 1º do Decreto nº 2.790, de 29 de setembro de 1998, resolve:

**E X O N E R A R**

o Coronel da Arma de Infantaria ARNO SCHNEIDER FILHO, do cargo de Adido das Forças Armadas junto à Embaixada do Brasil no Irã, a contar de 24 de fevereiro de 1999.

#### **N O M E A R**

para o mesmo cargo o Coronel do Quadro de Engenheiros Militares ALESSIO RIBEIRO SOUTO, pelo prazo de dois anos.

Trata-se de missão permanente no exterior, de natureza diplomática, definida pelo art. 4º da Lei nº 5.809, de 10 de outubro de 1972, regulamentada pelo Decreto nº 71.733, de 18 de janeiro de 1973, combinado com os Decretos nº 72.021, de 28 de março de 1973, 91.256, de 20 de maio de 1985, 20.016, de 10 de outubro de 1996, 1.299, de 31 de outubro de 1994, 2.098, de 18 de dezembro de 1996 e 2.583, de 12 de maio de 1998, permitindo que o militar se faça acompanhar de seus dependentes.

#### **PORTARIA Nº 760, DE 04 DE DEZEMBRO DE 1998**

##### **Exoneração e Nomeação**

**O MINISTRO DE ESTADO DO EXÉRCITO**, no uso da delegação de competência que lhe é conferida pelo inciso VIII do art. 1º do Decreto nº 2.790, de 29 de setembro de 1998, resolve:

#### **E X O N E R A R**

o 2º Ten QAO EMANUEL WALDIR TRINDADE DOS SANTOS, do cargo de Adjunto do Adido das Forças Armadas junto à Embaixada do Brasil no Irã, a contar de 26 de agosto de 1999.

#### **N O M E A R**

o 2º Ten QAO ROSAURO DE LIMA BERNARDO, para exercer o cargo de Adjunto do Adido das Forças Armadas junto à Embaixada do Brasil no Irã, pelo prazo de dois anos.

Trata-se de missão permanente no exterior, de natureza diplomática, definida pelo art. 4º da Lei nº 5.809, de 10 de outubro de 1972, regulamentada pelo Decreto nº 71.733, de 18 de janeiro de 1973, combinado com os Decretos nº 72.021, de 28 de março de 1973, 91.256, de 20 de maio de 1985, 2.016, de 1º de outubro de 1996, 1.299, de 31 de outubro de 1994, 2.098, de 18 de dezembro de 1996 e 2.583, de 12 de maio de 1998, permitindo que o militar se faça acompanhar de seus dependentes.

#### **PORTARIA Nº 761, DE 04 DE DEZEMBRO DE 1998**

##### **Nomeação**

**O MINISTRO DE ESTADO DO EXÉRCITO**, no uso da delegação de competência que lhe é conferida pelo inciso VIII do art. 1º do Decreto nº 2.790, de 29 de setembro de 1998, resolve:

**N O M E A R** o Tenente-Coronel da Arma de Infantaria PEDRO ANTONIO FIORAVANTE SILVESTRE NETO, para exercer o cargo de Adjunto do Adido das Forças Armadas junto à Embaixada do Brasil na Rússia, pelo prazo de dois anos, à contar de 10 de junho de 1999.

Trata-se de missão permanente no exterior, de natureza diplomática, definida pelo art. 4º da Lei nº 5.809, de 10 de outubro de 1972, regulamentada pelo Decreto nº 71.733, de 18 de janeiro de 1973, combinado com os Decretos nº 72.021, de 28 de março de 1973, 91.256, de 20 de maio de 1985, 20.016, de 10 de outubro de 1996, 1.299, de 31 de outubro de 1994, 2.098, de 18 de dezembro de 1996 e 2.583, de 12 de maio de 1998, permitindo que os militar se faça acompanhar de seus dependentes.

## **PORTARIA Nº 762, DE 04 DE DEZEMBRO DE 1998**

### **Nomeação**

**O MINISTRO DE ESTADO DO EXÉRCITO**, no uso da delegação de competência que lhe é conferida pelo inciso VIII do art. 1º do Decreto nº 2.790, de 29 de setembro de 1998, resolve:

#### **N O M E A R**

o Tenente-Coronel da Arma de Artilharia MARCO AURÉLIO GOMES DE MELLO, para exercer o cargo de Adjunto do Adido das Forças Armadas junto à Embaixada do Brasil na China, pelo prazo de dois anos, à contar de 29 de janeiro de 1999.

Trata-se de missão permanente no exterior, de natureza diplomática, definida pelo art. 4º da Lei nº 5.809, de 10 de outubro de 1972, regulamentada pelo Decreto nº 71.733, de 18 de janeiro de 1973, combinado com os Decretos nº 72.021, de 28 de março de 1973, 91.256, de 20 de maio de 1985, 20.016, de 10 de outubro de 1996, 1.299, de 31 de outubro de 1994, 2.098, de 18 de dezembro de 1996 e 2.583, de 12 de maio de 1998, permitindo que o militar se faça acompanhar de seus dependentes.

## **PORTARIA MINISTERIAL Nº 775, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1998**

### **Medalha do Pacificador - outorga**

**O MINISTRO DE ESTADO DO EXÉRCITO**, de acordo com o item I do Art 1º do Decreto nº 92.695, de 20 de maio de 1986, e Portaria Ministerial nº 490, de 21 de maio de 1986,

#### **R E S O L V E:**

Outorgar a **MEDALHA DO PACIFICADOR** ao Capitão VALDIR CAMPÊLO JUNIOR

## **PORTARIA MINISTERIAL Nº 776, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1998**

### **Medalha do Pacificador - outorga**

**O MINISTRO DE ESTADO DO EXÉRCITO**, de acordo com o item IV do Art 1º do Decreto nº 92.695, de 20 de maio de 1986, e Portaria Ministerial nº 490, de 21 de maio de 1986,

#### **R E S O L V E:**

Outorgar a **MEDALHA DO PACIFICADOR** ao Capitão-de-Corveta (FN) SERGIO DE ALMEIDA OLIVEIRA

### **NOTA:**

## **RETIFICAÇÃO DA PORTARIA Nº 734 DE 17 DE NOVEMBRO DE 1998**

Na Portaria Ministerial nº 734, de 17 de novembro de 1998: ONDE SE LÊ: “.....no período de 30 de novembro a 04 de dezembro do corrente ano....”, LEIA-SE: “...no período de 23 a 27 de novembro do corrente ano....”.



## **DEPATAMENTO-GERAL DO PESSOAL**

**PORTARIA Nº 077-DGP/DSM, DE 30 DE NOVEMBRO DE 1998**

### **Concessão de Dispensa do Serviço Ativo do Exército**

**O CHEFE DO DEPARTAMENTO-GERAL DO PESSOAL**, em conformidade com o inciso I do Art 115 e § 3º e inciso II do Art 116 da Lei nº 6880, de 09 de dezembro de 1980, com o Decreto nº 61464, de 04 de Outubro de 1967, e com subdelegação de competência constante da Portaria Ministerial nº 460, de 03 de Julho de 1997, resolve

#### **CONCEDER**

demissão do serviço ativo do Exército ao 1º Ten QEM (011392864-2) **RICARDO SOARES STERN** e incluí-lo com o mesmo posto na reserva não remunerada.

**DESPACHO Nº 001-DGP/DSM, DE 30 DE NOVEMBRO DE 1998**

### **Autorização para uso de uniforme**

No requerimento, datado de 27 Ago 98, em que o Cap R/1 (042876570-5) **MÁRIO DE ALVARENGA CHAVES**, prestador de tarefa por tempo certo, como Prefeito Militar na Escola de Sargento das Armas, solicita, em caráter excepcional, autorização para uso de uniforme, dou o seguinte

#### **D E S P A C H O**

Deferido, considerando que as razões apresentadas justificam a excepcionalidade da medida prevista no Art 54, § 3º, do Regulamento para o Corpo de Oficiais da Reserva do Exército (R-68) aprovado pelo Dec nº 2.354, de 20 Out 97.

Publique-se o presente despacho em Boletim do Departamento-Geral do Pessoal e solicite-se a publicação em Boletim do Exército.

**DESPACHO Nº 002-DGP/DSM, DE 30 DE NOVEMBRO DE 1998**

### **Autorização para uso de uniforme**

No requerimento, datado de 25 Jun 98, em que o Cap R/1 (023502810-7) **OTÍLIO MARTINS ROCHA**, prestador de tarefa por tempo certo, como Instrutor Chefe do Tiro-de-Guerra 12-004 (EIRUNEPÉ-AM), solicita, em caráter excepcional, autorização para uso de uniforme, dou o seguinte

#### **D E S P A C H O**

Deferido, considerando que as razões apresentadas justificam a excepcionalidade da medida prevista no Art 54, § 3º, do Regulamento para o Corpo de Oficiais da Reserva do Exército (R-68) aprovado pelo Dec nº 2.354, de 20 Out 97.

Publique-se o presente despacho em Boletim do Departamento-Geral do Pessoal e solicite-se a publicação em Boletim do Exército.

**DESPACHO Nº 003-DGP/DSM, DE 30 DE NOVEMBRO DE 1998**

### **Autorização para uso de uniforme**

No requerimento, datado de 25 Jun 98, em que o 1º Ten R/1 (041215051-8) **ANTÔNIO CARLOS GOMES**, prestador de tarefa por tempo certo, como Instrutor Chefe do Tiro-de-Guerra 12-005 (BOCA DO ACRE-AM), solicita, em caráter excepcional, autorização para uso de uniforme, dou o seguinte

#### **D E S P A C H O**

Deferido, considerando que as razões apresentadas justificam a excepcionalidade da medida prevista no Art 54, § 3º, do Regulamento para o Corpo de Oficiais da Reserva do Exército (R-68) aprovado pelo Dec nº 2.354, de 20 Out 97.

Publique-se o presente despacho em Boletim do Departamento-Geral do Pessoal e solicite-se a publicação em Boletim do Exército.

#### **DESPACHO Nº 004-DGP/DSM, DE 30 DE NOVEMBRO DE 1998**

##### **Autorização para uso de uniforme**

No requerimento, datado de 25 Jun 98, em que o 2º Ten R/1 (082479571-0) **FRANCISCO EDMAR AGUIAR MEDEIROS**, prestador de tarefa por tempo certo, como Instrutor Chefe do Tiro-de-Guerra 12-002 (MANICORÉ-AM), solicita, em caráter excepcional, autorização para uso de uniforme, dou o seguinte

#### **D E S P A C H O**

Deferido, considerando que as razões apresentadas justificam a excepcionalidade da medida prevista no Art 54, § 3º, do Regulamento para o Corpo de Oficiais da Reserva do Exército (R-68) aprovado pelo Dec nº 2.354, de 20 Out 97.

Publique-se o presente despacho em Boletim do Departamento-Geral do Pessoal e solicite-se a publicação em Boletim do Exército.

#### **DESPACHO Nº 005-DGP/DSM, DE 30 DE NOVEMBRO DE 1998**

##### **Autorização para uso de uniforme**

No requerimento, datado de 25 Jun 98, em que o 2º Ten R/1 (052997591-4) **ADALBERTO MONTIBELLER**, prestador de tarefa por tempo certo, como Instrutor Chefe do Tiro-de-Guerra 12-003 (MAUÉS-AM), solicita, em caráter excepcional, autorização para uso de uniforme, dou o seguinte

#### **D E S P A C H O**

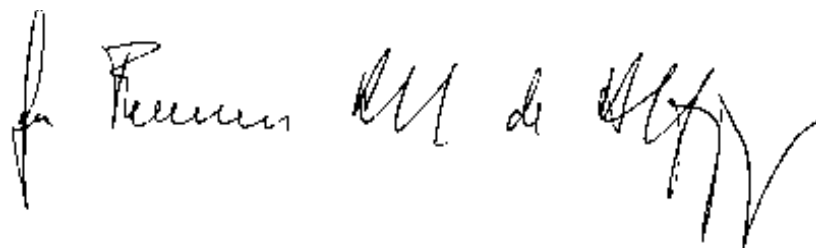
Deferido, considerando que as razões apresentadas justificam a excepcionalidade da medida prevista no Art 54, § 3º, do Regulamento para o Corpo de Oficiais da Reserva do Exército (R-68) aprovado pelo Dec nº 2.354, de 20 Out 97.

Publique-se o presente despacho em Boletim do Departamento-Geral do Pessoal e solicite-se a publicação em Boletim do Exército.

#### **4ª PARTE**

#### **JUSTIÇA E DISCIPLINA**

**Sem alteração.**

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Francisco Roberto de Albuquerque', with a large, stylized flourish at the end.

**Gen Div FRANCISCO ROBERTO DE ALBUQUERQUE**  
**Secretário-Geral do Exército**